

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA EDUARDA BÜNECKER

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA NA ERA XI JINPING

Porto Alegre

2018

MARIA EDUARDA BÜNECKER

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA NA ERA XI JINPING

Trabalho de diplomação apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Bünecker, Maria Eduarda
A internacionalização da China na era Xi Jinping /
Maria Eduarda Bünecker. -- 2018.
67 f.
Orientador: André Moreira Cunha.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. China. 2. Organização Mundial do Comércio . 3.
Xi Jinping. I. Cunha, André Moreira, orient. II.
Título.

MARIA EDUARDA BÜNECKER

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA NA ERA XI JINPING

Trabalho de diplomação apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

Profa. Dra. Luiza Peruffo
UFRGS

AGRADECIMENTOS

A trajetória que percorri no curso de economia me oportunizou conhecer pessoas incríveis. Agradeço primeiramente a todos os professores que conheci ao longo da minha vida acadêmica e me possibilitaram construir um posicionamento crítico, além de um respeito às diferentes opiniões existentes no âmbito econômico.

Aos meus colegas do Sicredi, Brenda, Calvin e João, que fizeram com que minha primeira experiência profissional se tornasse ainda mais enriquecedora devido ao prazer de trabalhar com pessoas tão acolhedoras e especiais.

Aos meus amigos Gabriela, Leonardo e Tiago, que fizeram com que os meus anos na UFRGS passassem voando, me acompanhando em todos os momentos.

Aos amigos que pude fazer ao longo dos meus estudos em Lund, em especial à Inês e a Isabel: a coleção de lembranças que tenho com vocês é infindável e só tenho a agradecer pela oportunidade de ter conhecido pessoas como vocês.

Aos colegas da Dell, que me acompanham e foram fundamentais na trajetória final da faculdade e no começo da minha carreira na empresa. Sinto-me honrada, Ana Clara Lima, Antonella Aita e Thais Davoglio, por ter construído em meio ao ambiente profissional uma amizade tão sincera como a que tenho com vocês.

Agradeço também as minhas amigas Ana, Andyara, Bárbara, Marília e Helena, que há mais de uma década estão ao meu lado e são a representação de uma amizade genuína e autêntica.

Ao Fillipe, que me acompanhou desde o primeiro semestre da faculdade: foste meu grande porto seguro ao longo destes cinco anos. Aprendemos juntos muito sobre respeito, carinho e és alguém que tenho extrema admiração.

Por fim, o meu maior agradecimento vai a minha família: avós, tia, meus pais e irmão. Vó, tua presença é constante e vibrante entre nós, és a nossa eterna força motriz. Dinda, estiveste ao meu lado durante toda essa trajetória, me sinto eternamente grata pela oportunidade que tive de dividir esse período da minha vida contigo e não consigo traduzir em palavras o carinho que sinto por ti.

Mãe, pai e irmão. A saudade de casa e os desafios do caminho escolhido nunca pararam de crescer e contar com vocês foi o que sempre me deu forças. Obrigada por me apoiar e por ser minha maior alegria. Vocês são minha maior fonte de energia, força, e tudo que consegui é graças ao apoio de vocês. Obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal identificar as mudanças políticas e sociais na era Xi Jinping frente à internacionalização chinesa. Para tanto, realizou-se uma contextualização sobre o processo de internacionalização da China, que atingiu seu ápice com a entrada da potência asiática na Organização Mundial de Comércio em 2001. Essa adesão ao órgão internacional foi acompanhada de alguns obstáculos, como a realização de inúmeras adaptações feitas pela China para o acesso ao organismo e a alegação por parte de membros da Organização que a China teria falhado em cumprir com seus acordos comerciais. Essa inconformidade está relacionada ao suposto protecionismo do Partido Comunista perante a suas indústrias e da busca pelo desenvolvimento tecnológico. Essas políticas nacionalistas são cada vez mais reforçadas com Xi Jinping na liderança da República Popular da China.

Palavras-chave: China. Organização Mundial do Comércio. Xi Jinping

Classificação “Journal of Economic Literature” (JEL): F13

ABSTRACT

The main objective of this work is to identify the political and social changes in the Xi Jinping era in the context of the Chinese internationalization. In order to achieve this, a contextualisation of the Chinese internationalization process is made, which reached its zenith with the access of China in the World Trade Organization in 2001. The accession to the international organization was followed by some obstacles, such as the countless adjustments made by China to enter the organization and the complaint by some organization members that China failed to comply with its trade agreements. This nonconformity is related to the supposed protectionism of the Communist Party towards its industries and the search for technological development. These nationalist policies have been increasingly strengthened with Xi Jinping leading the People's Republic of China.

Keywords: China. World Trade Organization. Xi Jinping

“Journal of Economic Literature” Classification (JEL): F13

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - PIB Chinês em US\$ milhões a preços constantes de 1990: 1952 e 1978.....	17
Gráfico 2 - Participação da China no valor das importações e exportações mundiais de mercadorias: 1970 a 2015 (%).....	21
Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China: 1980 a 2015	22
Quadro 1 - Principais ajustes para a entrada da China na OMC.....	30
Gráfico 4 - Fluxos de entrada de Investimento Direto Estrangeiro na China em US\$ bilhões: 1978 - 2014	34
Gráfico 5 - Crescimento anual do PIB Chinês: 2001 - 2016 (%).....	40
Gráfico 6 - Balança Comercial da China e dos Estados Unidos a preços correntes: 1978 - 2016.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média percentual das tarifas dos países industrializados: 1820 e 1987 ..	14
Tabela 2 - PIB e PIB per capita chinês a preços correntes: 1978 - 2015.....	20
Tabela 3 - Fluxos de Entrada de Investimento Direto Estrangeiro Chinês: 1970 - 2015.....	20
Tabela 4 - Importações e Exportações da China: 1970 - 2015	21
Tabela 5 - Número de pessoas empregadas na área urbana e rural na China (10.000 pessoas): 1978 - 2015	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA	12
2.1	LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL: UMA BREVE REVISÃO	12
2.2	DA ERA MAO ZEDONG ÀS REFORMAS ECONÔMICAS	16
2.3	REFORMAS ECONÔMICAS EM 1978.....	19
2.4	O GATT E A TENTATIVA DE REENTRADA DA CHINA.....	23
3	CHINA E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO	27
3.1	DO GATT PARA A OMC.....	27
3.2	CHINA E O PRÉ-ACESSO À OMC	28
3.3	CHINA PÓS-ACESSO À OMC	31
4	XI JINPING E A NOVA ORDEM CHINESA	43
4.1	QUEM É XI JINPING	43
4.2	IDEAIS E PRINCÍPIOS DE XI JINPING.....	44
4.3	XI JINPING E A CHINA DE 2013.....	46
4.4	O SONHO CHINÊS E INICIATIVAS	50
4.4.1	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura	51
4.4.2	Belt Road Initiative	52
4.4.3	Made in China 2025	53
4.5	OS PRÓXIMOS PASSOS DA POTÊNCIA ASIÁTICA	54
5	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A adesão chinesa ao sistema multilateral de comércio foi um processo relativamente longo, que se inaugura com as reformas do final dos anos 1970 e ganha impulso nos marcos do assim-chamado “socialismo com características chinesas”. Desde então, a China desenvolve sua economia para expansão e consolidação no âmbito internacional através de acordos comerciais e reformas estratégicas de desenvolvimento de sua capacidade interna. O processo de internacionalização chinesa teve um impulso quando a China passa a buscar sua adesão na Organização Mundial de Comércio (OMC). Embora repleta de peculiaridades, tal dinâmica teve sua efetivação no ano de 2001, após cerca de quinze anos de espera e com um ajuste muito grande por parte da China no que diz respeito às suas leis e níveis de tarifas comerciais.

A entrada da China na OMC cristaliza um momento marcante na busca de uma maior interação entre a potência asiática e o sistema internacional. Até então a internalização da economia chinesa se dava a partir dos impactos introduzidos pela transição do regime semi-autárquico da era Mao Zedong para de abertura econômica gradual, sob a liderança de Deng Xiaoping.

Ao longo dos anos que se seguiram ao acesso à OMC, o gigante asiático consolidou-se como potência econômica e política, com sinais cada vez mais evidentes de que pode projetar sua influência no plano internacional. Desde que se tornou membro, porém, a China vem sendo acusada de desrespeitar as regras do organismo e de proteger suas empresas frente às empresas externas, além da acusação de que a China não estaria se internacionalizando de fato, como as outras potências o fazem. Essa visão ocidental é canalizada principalmente por órgãos e acadêmicos estadunidenses que rejeitam o possível protecionismo chinês.

Atualmente, o país passa por um novo período de seu desenvolvimento: o novo normal, com a aceitação de uma taxa de crescimento econômico mais baixa se comparada às taxas históricas que atingiram 14% em 2007 conforme dados do World Bank (2018) aliada à busca por um desenvolvimento econômico sustentável. Esse ideal é reforçado desde a entrada do novo presidente em 2013, Xi Jinping.

Xi desde que se tornou líder político na República Popular da China reforça a importância do Partido Comunista para o progresso do país. Surge, portanto, uma

dúvida: quais as mudanças ocorridas com a ascensão de Xi Jinping frente à internacionalização do país? A hipótese é de que houve um enaltecimento de políticas e ideais nacionalistas e com isso uma busca pelo estímulo da indústria doméstica.

A monografia vai além ao também abordar a possibilidade de uma Guerra Comercial entre a China e os Estados Unidos, discussão em voga no comércio internacional. A Guerra Comercial surge com a imposição de tarifas frente às importações chinesas e a afirmação pelo governo norte-americano de que a China estaria realizando práticas comerciais desleais. Essa Guerra Comercial só reforça as diversidades de opiniões frente à internacionalização chinesa e retrata o ambiente internacional corrente.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar as mudanças governamentais do comportamento chinês na era Xi Jinping, tendo como objetivos secundários a contextualização do leitor sobre o processo de internacionalização da China e os desafios que o país vem enfrentando com essa ideal liberalização demandada pelas potências no cenário vigente.

Para tanto, a metodologia utilizada foi baseada na análise da literatura referente ao tema, para compreender o processo de internacionalização e mais especificamente o processo de adesão do país à OMC em 2001. É feita uma análise dos dados governamentais, tanto por parte da China quanto à visão de documentos do governo estadunidense e de órgãos como a Organização Mundial do Comércio e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD na sigla original em inglês) para que possa ser feita uma comparação a respeito.

O trabalho é dividido em cinco capítulos. Após esta introdução, será feita uma revisão histórica sobre o processo de liberalização econômica com o objetivo de compreender quais eram as circunstâncias no período em que a China resolveu buscar sua gradual abertura comercial e quais medidas foram por ela tomadas. O terceiro capítulo analisa o acesso do país na OMC com todos seus percalços: quais ajustes tiveram que ser realizados à época e como é feito o controle desses ajustes atualmente. O capítulo também contextualiza a respeito das diferentes opiniões se as obrigações acordadas foram de fato ou não respeitadas. O quarto capítulo traz portanto o nome em voga do contexto chinês: Xi Jinping. A monografia traz o contexto histórico de ascensão da Xi na política e quais são seus ideais como

presidente da República Popular da China. Além disso, quais mudanças Xi fez até então no seu período como presidente e como elas impactaram a internacionalização chinesa. Por fim, no último capítulo apresentam-se as considerações finais a respeito das mudanças econômicas e políticas ocorridas na era Xi Jinping.

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a trajetória da internacionalização chinesa. Para isso, será feita uma breve revisão sobre os conceitos de liberalização e internacionalização para um aprofundamento do tema na China em seguida. Será abordado o período que antecedeu às Reformas Econômicas para compreensão do contexto em que essa mudança ocorreu, para então se discorrer sobre o processo e a evolução da abertura comercial do país.

A República Popular da China, embora sendo um dos países que iniciaram o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT na sigla original em inglês) nos anos 1950, teve como marco principal de sua abertura comercial as Reformas Econômicas iniciadas na era Deng Xiaoping, a partir do final dos anos 1970. Foi através delas que o país conquistou seu nível de trocas comerciais e seu posto de principal receptor de investimentos estrangeiros. Foi nesse mesmo período que a China deixou de ser uma economia fechada e buscou cada vez mais sua internacionalização por meio da busca pelo acesso ao GATT, sendo substituído pela OMC a partir de 1995.

Ao longo do capítulo serão tratadas três etapas da internacionalização Chinesa: as reformas econômicas em 1978, o primeiro acesso da China ao GATT, a tentativa de reentrada da China ao GATT e sua efetivação como *player* global com sua entrada na Organização Mundial de Comércio, com seus devidos obstáculos e conquistas nesse último período.

2.1 LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL: UMA BREVE REVISÃO

O conceito de liberalização comercial é amplamente discutido em livros acadêmicos. A síntese aqui apresentada está baseada nos livros de economia internacional dos professores Krugman e Obstfeld (2009) e de Suranovic (2010), além de relatórios oficiais do Banco Mundial e do trabalho de Chang (2007) que traz um importante contraponto a ser feito para discussões ao longo da monografia.

Uma das características econômicas marcantes das últimas quatro décadas é o processo amplo de liberalização, especialmente em sua dimensão comercial. Essa

pode ser definida como a remoção ou redução de barreiras comerciais diversas, tarifárias ou não tarifárias, o que cria um ambiente institucional convergente com a perspectiva do livre comércio entre as nações. A liberalização comercial é condição necessária, ainda que não suficiente, para viabilizar maior integração e conexão entre os países. Tal dinâmica não é linear ou simétrica, de modo que cada país passa por diferentes cursos no que diz respeito a sua liberalização comercial, até porque há distintas condições econômicas, históricas, geopolíticas e sociais.

No que diz respeito à liberalização comercial entre as nações, essa maior abertura comercial vem sendo construída ao longo de séculos. Como principais destaques da maior abertura comercial no período entre os séculos XIX e XXI, World Bank (2005) descreve que:

Reduções rápidas nos custos de transporte e de comunicações aceleraram essa tendência no século XIX, e o comércio internacional alcançou níveis sem precedentes no começo do século XX. O comércio caiu, porém, devido às duas Guerras Mundiais, a crise de 1929, e o mundo cresceu seu protecionismo. (WORLD BANK, 2005, p. 131, tradução nossa)¹

O protecionismo mencionado refere-se à imposição de medidas governamentais para proteger seu comércio doméstico frente aos possíveis desafios externos ou até mesmo internos que poderiam prejudicar o crescimento do país. O protecionismo pode ser praticado de diferentes maneiras, como por exemplo direitos de monopólio e proteção às importações através de um aumento tarifário, sendo essa uma medida amplamente usada após a Revolução Industrial. As tarifas dos países industriais durante o século XVIII representavam cerca de 30 a 50% (WORLD BANK, 2005). Ao analisar as tarifas nos países industriais dentre o século XIX e XX conforme tabela 1, pode ser visto essa proteção tendo seu ápice no período entre-guerras, com países como Espanha tendo em média suas tarifas em 63% e Estados Unidos 48%, sendo que esses números no final do século XX estavam visivelmente mais baixos e similares entre os países industrializados.

¹ "Rapid reductions in transport and communications costs accelerated this trend in the 19th century, and international trade reached unprecedented levels at the beginning of the 20th century. Trade declined, however, following the two World Wars, the 1929 crisis, and the worldwide increase in protectionism."

Tabela 1 - Média percentual das tarifas dos países industrializados: 1820 e 1987

	1820	1875	1913	1925	1930	1950	1987
Áustria		15-20	18	16	24	18	9
Bélgica	7	09-10	9	15	14	11	7
Dinamarca	30	15-20	14	10		3	
França		12-15	20	21	30	18	7
Alemanha	10	4-6	13	20	21	26	7
Itália		8-10	18	22	46	25	7
Holanda	7	3-5	4	6		11	7
Espanha		15-20	41	41	63		
Suécia		3-5	20	16	21	9	5
Suíça	10	4-6	9	14	19		3
Reino Unido	50	0		5		23	7
Estados Unidos	40	40-50	25	37	48	14	7
Média	22	11-14	17	19	32	16	7

Fonte: Elaborado pela autora com base em World Bank (1991).

Países industrializados tiveram ao longo de sua trajetória períodos de desenvolvimento de políticas protecionistas que visavam seu amadurecimento como economias desenvolvidas. Chang (2007, p. 41, tradução nossa) exemplifica esses acontecimentos ao argumentar que "[...] em 1930, os Estados Unidos abandonaram o livre comércio e promulgaram a infame tarifa *Smoot-Hawley*. Países como Alemanha e Japão abandonaram políticas liberais e ergueram altas barreiras comerciais [...]".² A tarifa *Smoot-Hawley* comentada por Chang é um exemplo de tarifa sobre importação e foi uma medida protecionista aplicada pelos Estados Unidos após um período de instabilidade da economia mundial no pós Primeira-Guerra.

Esse protecionismo começou a ser revertido, pelo menos parcialmente, após a Segunda Guerra Mundial pelos países industrializados, sendo propagada a liberalização comercial aos países em desenvolvimento na década de 1970. World Bank (2005) traz que as reformas comerciais tiveram sua consolidação nas décadas de 1980 e 1990 através do mundo em desenvolvimento, com a expansão da liberalização Comercial entre a América Latina, Leste Asiático e Europa Oriental.

Desde o aumento das trocas comerciais e a entrada dos países em desenvolvimento nessa dinâmica, os países já desenvolvidos pressionam cada vez mais os países em desenvolvimento para que adotem políticas e instituições que promovam a abertura comercial, tal como baixas tarifas e adesão aos acordos e

² "[...] in 1930, the US abandoned free trade and enacted the infamous Smoot-Hawley tariff. Countries like Germany and Japan abandoned liberal policies and erected high trade barriers [...]."

instituições mundiais. Autores como Chang (2007) e Rodrik (2018) reforçam a necessidade de se comparar o que ocorre atualmente com o que foi feito pelos países que agora são desenvolvidos para que se tornassem potências mundiais. Chang reforça essa ideia ao expor que os países ricos

[...] Deveriam reconhecer que eles precisam de uma proteção muito menos para eles mesmos do que o que os países em desenvolvimento tem. O sistema de comércio global deve apoiar os efeitos desenvolvimentistas dos países em desenvolvimento ao permitir que eles usassem mais livremente as ferramentas da promoção da indústria nascente - como tarifas protecionistas, subsídios e regulamentos de investimento estrangeiro. (CHANG, 2007, tradução nossa)³

O conceito de indústria nascente (*infant industry* em inglês) trazido pelo autor⁴ é outro ponto que preocupa nessa pressão realizada sobre os países em desenvolvimento. Os produtores dos países em desenvolvimento ao entrar no mercado mundial com sua indústria nascente e competindo com países já desenvolvidos, deveriam segundo Chang (2007), ter um período de isolamento parcial para que eles conseguissem construir suas capacidades e competir após esse período com produtores já desenvolvidos e de certo modo mais preparados para o mercado internacional.

Com a China essa pressão não é diferente. Com uma abertura comercial cada vez maior, conforme será visto na sequência, o gigante asiático China vem sendo recorrentemente cobrado pela prática de políticas industriais e pela conformidade de suas atividades frente aos organismos internacionais, o que se torna um desafio em se falando de um país com uma estrutura política e um contexto histórico diferente das demais potências industriais. Ao longo do capítulo será descrito o contexto em que a China decidiu abrir sua economia através das Reformas Econômicas e os desafios que essa abertura trouxe como resultado.

³ "[...] Should acknowledge that they need to have much lower protection for themselves than the developing countries have. The global trading system should support the developmental efforts of developing countries by allowing them to use more freely the tools of infant industry promotion – such as tariff protection, subsidies and foreign investment regulation."

⁴ O conceito original de proteção à indústria infante surge com o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Alexandre Hamilton, sendo posteriormente incorporado por List e outros autores.

2.2 DA ERA MAO ZEDONG ÀS REFORMAS ECONÔMICAS

É importante ressaltar que antes da abertura comercial, a China passou por um período de importante dinamismo e melhora dos seus indicadores econômicos mesmo em meio a um período de instabilidade política e rupturas diversas.

O período em questão é marcado pelo estabelecimento da República Popular da China em 1949. Mao Zedong foi o líder do país a partir de desse período, até 1976, ano de sua morte. O contexto histórico da época era de uma China fechada e atrasada se comparada aos países em evidência do período, com "Os Estados Unidos sendo a principal superpotência nuclear (e a União Soviética tendo explodido sua primeira arma nuclear)⁵" (KISSINGER, 2011). O novo governo surgiu em um período muito sensível: sociedade e política fragmentadas e uma economia com severa inflação e desemprego devastada pelas guerras (MACFARQUHAR, 1997).

Comprometido aos ideais comunistas e com o objetivo de restaurar a China, Maddison (2007) descreve o estilo de governança da China como sendo muito influenciado pelo peculiar contexto histórico da China, citando que sua invasão no passado envolveu os grandes países capitalistas e a falha ao tentar encerrar isso após o Tratado de Versalhes - tratado que encerrou a Primeira Guerra Mundial - gerou um perfil antiocidental ao nacionalismo chinês.

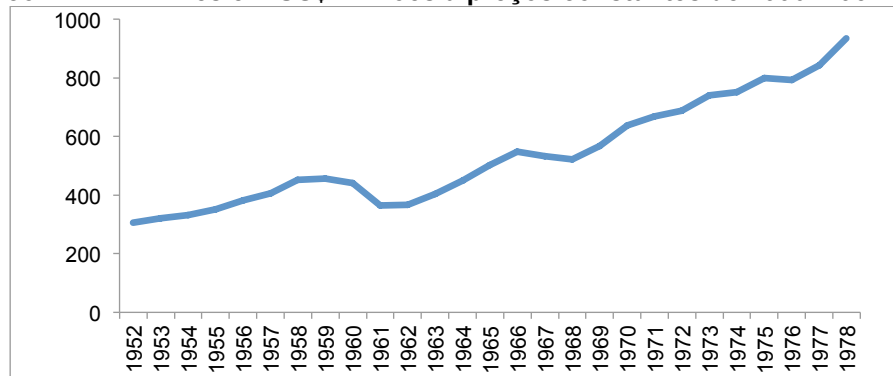
A primeira década após o estabelecimento da República Popular da China envolveu fatores como a destruição dos poderes das antigas elites e a busca pelo estabelecimento de novas organizações burocráticas e pela transformação das estruturas antigas. Essa agenda foi realizada com velocidade e rigor, sendo pautada através da reforma agrária e da coletivização. A segunda década do Governo foi dominada pela tentativa de Mao de acelerar a revolução interna e culminou em campanhas que serão tratadas adiante (WALDER, 2015).

Os dados econômicos trazidos por um estudo conduzido por Angus Maddison e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD na sigla original em inglês) reportam uma melhora das variáveis econômicas no período de 1952 a 1978. Ao analisarem esse período é possível verificar uma aceleração do

⁵ "The United States was the principal nuclear superpower (the Soviet Union having just exploded its first nuclear weapon)."

PIB, como pode ser visto no gráfico 1. Dentre outros indicadores, tem-se o crescimento da proporção industrial dentro do PIB, que cresceu de 8 a 30% no período e o aumento do estoque de capital que cresceu a 7,7% ao ano (MADDISON, 2007).

Gráfico 1 - PIB Chinês em US\$ milhões a preços constantes de 1990: 1952 e 1978



Fonte: Elaborado pela autora com base em Maddison (2007).

O crescimento econômico e a produtividade do país, embora tenham apresentado uma tendência ascendente no período da era Mao Zedong, sofreram efeitos adversos ao longo de todo o período. Ao buscar reformar a sociedade chinesa, Mao fez uso de inúmeras campanhas que se tornaram conhecidas pelos drásticos resultados e pelo conseqüente insucesso em termos de garantir taxas robustas e sustentáveis de expansão econômica. Duas campanhas foram marcantes: o Grande Salto Adiante (*the Great Leap Forward* em inglês) entre 1958 e 1960 e a Grande Revolução Cultural Proletária (*Great Proletarian Cultural Revolution* em inglês) entre 1966 e 1976. O Grande Salto Adiante era uma campanha que buscava desenvolver a agricultura e a indústria através da mobilização da população chinesa para trabalhar intensamente por um período maior de horas, quebrar recordes de produção e assim alcançar as potências econômicas mundiais (WALDER, 2015). O resultado, foi trágico: além de não conquistar uma melhora do crescimento econômico, gerou uma fome generalizada que levou a morte de quase 30 milhões de pessoas e a uma profunda depressão industrial que durou até metade da década de 1960 (WALDER, 2015).

O insucesso pelo lado da campanha foi logo seguido por outro movimento: a campanha de Revolução Cultural. Esse movimento era fundamentalmente sobre a elite política. Ramzy (2016) explana em seu artigo que Mao iniciou esse movimento

social e político ao tentar retomar o controle insurgindo jovens radicais contra a hierarquia do Partido Comunista Chinês. Ao acreditar que a China estaria tomando rumos diferentes e com medo de que inimigos internos estivessem buscando subverter sua revolução, Mao, entre 1966 e 1976, buscou através do movimento reformar toda a estrutura regente e via a mobilização em massa como a solução para seus problemas (LEE, 1979).

Ele formou os *Red Guards*, estudantes que deveriam aplicar suas visões e rebelar junto a ele contra o Partido. Foi assim que a Revolução tomou grandes proporções: Mao teve um papel ímpar no que diz respeito à propagação do Movimento, reduzindo o controle exercido pela organização do Partido e garantindo às massas mobilizadas quase que liberdade política ilimitada sob os *slogans* "quatro grandes liberdades" e "rebeldia é justificada" (LEE, 1979). O resultado não foi o esperado, com a Revolução saindo do controle e gerando cenas recorrentes de violências, perseguições e suicídios. O período conturbado foi repleto de movimentos de diferentes vertentes políticas, mas também movimentos culturais, artísticos e musicais (CHANG, 1999).

Essa conturbação também teve dificuldades como o isolamento das relações internacionais. O sistema econômico da época era centralizado em termos de alocação de recursos e mais igualitário na distribuição de renda, sem abertura comercial ou um crescimento orientado à internacionalização. Maddison reforça essa visão ao citar que:

A China estava isolada do boom da economia mundial. Sua participação no comércio internacional caiu e foi excluída do investimento estrangeiro. Recursos eram alocados pelas diretrizes governamentais e regulações. A força do mercado contribui negligentemente. Consequentemente houve ineficiências no processo produtivo [...] e negligência do bem estar do consumidor. (MADDISON, 2007, p. 21, tradução nossa)⁶

⁶ "China was isolated from the booming world economy. Its share of world trade fell and it was cut off from foreign investment. Resources were allocated by government directives and regulation. Market forces played a negligible role. Hence there were inefficiencies in the production process [...] and neglect of consumer welfare."

2.3 REFORMAS ECONÔMICAS EM 1978

Conforme visto acima, as políticas que envolviam a aceitação pragmática do mercado de trocas internacionais estavam em constante competição com os compromentimentos de Mao à autarquia local e nacional (GARNAUT, 2012).

Mao Zedong morre em 1976 e após sua morte houve dois anos indecisos, tanto para a política quanto para a estratégia econômica, com o crescimento de diferentes frentes políticas. É assim que, líderes reformistas alinhados à ciência de que o país mudou do período inicial em 1949, fortalecem a ideia de que mudanças domésticas através do mercado seriam medidas necessárias para o desenvolvimento do país. Deng Xiaoping foi o principal nome dessa reforma. Ele adquire poder e um apoio crescente para que, em dezembro de 1978, fossem aprovados os primeiros passos das Reformas Econômicas ao longo do Terceiro Plenário do 12º Congresso do Partido Comunista Chinês, com uma busca pela modernização socialista. Além da implementação do programa das quatro modernizações que incluem agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e técnica, as reformas foram além desse escopo, visto que

Privilegiava-se agora a abertura da economia chinesa ao exterior através, nomeadamente, da liberalização do acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional como forma de, simultaneamente, modernizar o aparelho produtivo. É neste quadro que se liberaliza também o investimento direto estrangeiro e se reforma o regime de comércio internacional, [...]. Terminava assim o desenvolvimento 'para dentro' que caracterizara o período desde 1949 até 1978, substituindo-o por uma estratégia de desenvolvimento mais aberta ao mercado internacional. (SERRA, 2000, p. 3)

Desde a realização das Reformas, um alto progresso foi realizado e o resultado é notável nos indicadores macroeconômicos chineses. Ao analisar dados trazidos pelo Banco mundial, UNCTAD e pelo relatório do *Chinese Statistical Yearbook* de 2016, pode-se notar inúmeras variáveis que retratam o forte crescimento chinês com sua abertura.

O produto interno bruto (PIB) chinês após as Reformas Econômicas, com os valores a preços correntes, demonstra um crescimento notório por parte da China, passando de 150 bilhões em 1978 para 11 trilhões no ano de 2015, conforme tabela 2.

Tabela 2 - PIB e PIB per capita chinês a preços correntes: 1978 - 2015

	PIB Real (US\$ bilhões)	PIB per capita per capita (US\$)
1978	150	156
1990	361	1.663
2000	1.211	959
2005	2.286	1.753
2010	6.101	4.561
2015	11.065	8.069

Fonte: Elaborado pela autora com base em World Bank (2018).

Esse crescimento é mais visível ainda nos dados referente às trocas comerciais. É possível verificar na tabela 3 e 4 que antes das Reformas Econômicas a interação da China com os demais países era quase nula, sem investimento direto estrangeiro (IDE) e com pouquíssimas trocas comerciais, no ano de 2010 o fluxo de entradas de investimento direto estrangeiro ultrapassou os 100 bilhões de dólares.

Tabela 3 - Fluxos de Entrada de Investimento Direto Estrangeiro Chinês: 1970 - 2015

IDE (Milhões de Dólares)	1970	1978	1990	1995	2000	2005	2010	2015
China	-	-	3.487	37.521	40.715	72.406	114.734	135.610
Mundo	13.257	34.244	204.905	341.527	1.360.254	958.516	1.383.779	1.774.001
Parcela da China no Mundial	0%	0%	2%	11%	3%	8%	8%	8%

Fonte: Elaborado pela autora com base em United Nations (2015).

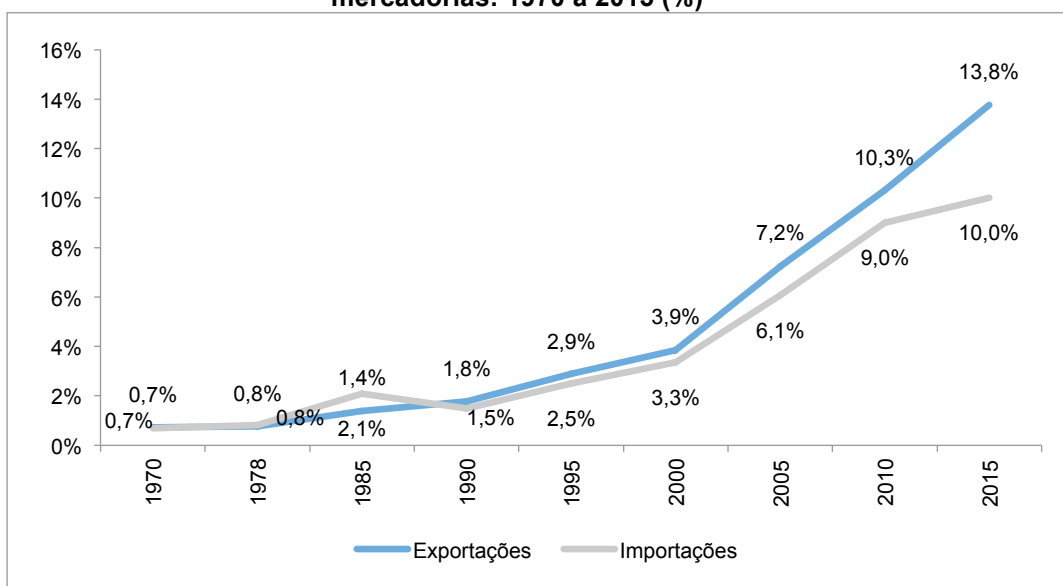
Na tabela 4 é possível ainda verificar o aumento nas exportações e importações ao longo da liberalização comercial chinesa, que atingiram 16 trilhões de dólares no ano de 2015 em ambas as variáveis.

Tabela 4 - Exportações e importações da China a preços correntes: 1970 - 2015

Exportações US\$ Milhões	1970	1990	2000	2005	2010	2015
China	2.307	62.091	249.203	761.953	1.577.754	2.273.468
Mundo	316.920	3.489.739	6.456.168	10.510.144	15.301.078	16.518.941
Parcela da China no mundial	1%	2%	4%	7%	10%	14%
Importações US\$ Milhões	1970	1990	2000	2005	2010	2015
China	2.279	53.345	225.094	659.953	1.396.247	1.679.566
Mundo	329.390	3.599.975	6.723.129	10.870.370	15.510.665	16.768.574
Parcela da China no mundial	1%	1%	3%	6%	9%	10%

Fonte: Elaborado pela autora com base em World Bank (2018).

A presença do gigante asiático no cenário internacional é outro importante ponto a ser analisado. Ao analisar a participação da China nas exportações e importações mundiais é visível um aumento ano após ano, alcançando a parcela de 13,8% de participação nas exportações mundiais, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 - Participação da China no valor das importações e exportações mundiais de mercadorias: 1970 a 2015 (%)

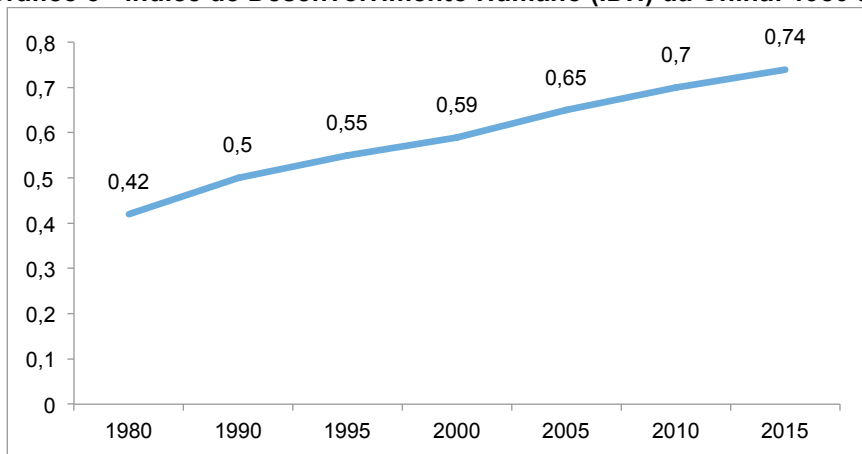
Fonte: Elaborado pela autora com base em World Bank (2018).

É importante não só analisar os dados econômicos, mas também os dados sociais, para entender se o crescimento econômico foi acompanhado de uma melhoria na qualidade de vida dos chineses. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que leva em seu cálculo tanto variáveis econômicas como renda, quanto variáveis que estão diretamente associadas às necessidades básicas do indivíduo como nível de escolaridade e segurança. O índice varia de 0 a 1, sendo 1 o maior nível de desenvolvimento. Países como Noruega, Austrália ocupam o topo

do ranking comparativo atingindo entre 0,94 e 0,95 (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2017).

A melhora da China neste indicador é notório. O país melhorou sua nota frente ao indicador ano após ano, com um crescimento de 0,42 em 1980 a 0,76 em 2015 conforme gráfico 3, o que representa um crescimento de 76% entre esses anos.

Gráfico 3 - índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China: 1980 a 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base em UNDP (2017).

O último comparativo a ser feito é a mudança de perfil do trabalhador com as Reformas, para assinalar uma importante mudança ocorrida. O que pode ser visto através da tabela 5 é que embora até os dados de 2010 a zona rural fosse a com maior número de empregados, a área urbana foi a que mais cresceu ao longo de todos os períodos analisados na sua participação sob o total de pessoas empregadas. Essa maior presença dos empregadores, que culminou no ano de 2015 em uma virada no que era visto desde sempre (maior número de pessoas empregadas na área rural), demonstra essa importante migração do campo para o meio urbano. A participação cada vez maior das pessoas no ambiente não agrícola "[...] é um componente essencial da industrialização e a chave para aumentar padrões de vida "⁷ (QIAN; WU, 2003, tradução nossa).

⁷ "[...] is an essential component of industrialization and the key to raising living standards."

Tabela 5 - Número de pessoas empregadas na área urbana e rural na China (10.000 pessoas): 1978 – 2015

	Urbano	Rural	Total	% Rural/Total	% Urbano/Total
1978	9.514	30.638	40.152	24%	76%
1990	17.041	47.708	64.749	26%	74%
2000	23.151	48.934	72.085	32%	68%
2005	28.389	46.258	74.647	38%	62%
2010	34.687	41.418	76.105	46%	54%
2015	40.410	37.041	77.451	52%	48%

Fonte: Elaborado pela autora com base em National Bureau of Statistics of China (2016).

Após as Reformas Econômicas, China envolveu-se cada vez mais em sua gradual abertura comercial como pode ser visto nos dados acima. O país mudou sua forma de portar-se frente ao mundo e resultou em um claro avanço da sua internacionalização. É importante, porém, ressaltar que desde os primórdios do Acordo Geral de Tarifas (GATT), a China já estava presente no cenário econômico internacional.

2.4 O GATT E A TENTATIVA DE REENTRADA DA CHINA

A necessidade de um acordo que regesse o crescente sistema multilateral surge logo após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1947. O fim da Guerra foi marcado pelo acordo de *Bretton Woods*, que dentre uma série de regras para a nova etapa da economia internacional pós-guerra, previa a criação de uma estrutura internacional com três frentes: o Fundo Monetário Internacional (IMF na sigla original em inglês), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD na sigla original em inglês) e a *International Trade Organization* (ITO na sigla original em inglês), conforme trazido por Barker e Williams (2003). Devido à necessidade de um instrumento para o comércio internacional e a demora na concretização do ITO, um grupo de 23 países começou negociações comerciais com a criação de regras provisórias que ficaram conhecidas como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009). O ITO nunca se concretizou devido a oposições políticas, principalmente pelo lado da desaprovação do Congresso dos Estados Unidos e o GATT se tornou o principal meio de gestão do comércio internacional pelos 48 anos seguintes.

O GATT atuou ao longo de quase meio século sendo o agente principal de cooperação comercial internacional, tendo como principal objetivo a redução das tarifas e de outras barreiras comerciais entre os países. O acordo, conforme Dunn (2004), consistia em um código de conduta para o comércio internacional e a base para acordos comerciais em negociações internacionais. Dunn também expõe que a busca era, tanto a redução tarifária quanto fazer com que todos os países estivessem no mesmo nível em se tratando das suas relações comerciais.

Para alcance dos objetivos, algumas regras básicas deveriam ser seguidas, as quais permanecem presentes nos documentos da Organização Mundial de Comércio organismo que será discutido adiante. O primeiro dos princípios do GATT é o da Nação Mais Favorecida, que estabelece a necessidade de um tratamento igualitário no que diz respeito às barreiras discriminatórias entre os países (GATT, 1948). Dentre as principais regras do acordo, é importante citar também (GATT, 1948):

- a) o princípio de redução das tarifas nacionais: membros se comprometem a estabelecer um nível máximo de impostos sobre importações ou outra cobrança ou restrição que eles aplicam sobre as importações de tipos específicos de bens;
- b) a regra do Tratamento Nacional, complementar à regra da nação mais favorecida: enquanto que a regra da Nação Mais Favorecida coloca de forma igualitária todos os produtos de todos os parceiros comerciais de determinado país, o princípio do Tratamento Nacional coloca esses produtos em termos iguais aos do próprio país importado. Essa regra reforça que assim que as importações passarem das fronteiras nacionais (e pagando portanto a taxa de importação imposta), devem ser tratadas da mesma forma que produtos domésticos;
- c) a proibição de medidas protetivas além das tarifas: esse princípio busca restringir ao máximo o uso de proteções alfandegárias e outras medidas que não as tarifas de importação.

A China foi um dos 23 países que assinou esse acordo até então provisório de Tarifas e Comércio. Logo após seu acesso ao GATT, segundo Qin (1993), o governo

da República da China (ROC na sigla original em inglês) foi derrotado em uma guerra civil e trocado pelo governo da República Popular da China (PRC na sigla original em inglês), que declarou sua fundação em 1949. Tendo perdido controle do território chinês, o governo ROC foi realocado em Taiwan e continuou a alegar seu status de governo legítimo da China. Em 6 de março de 1950, o governo ROC notificou o secretariado geral das Nações Unidas da sua retirada do GATT.

Com o governo nacionalista tailandês se retirando oficialmente do GATT, a República Popular da China se ausentou do sistema internacional de comércio ao longo das três décadas seguintes, embora Beijing não tenha reconhecido esta decisão. O Governo da República da China recebeu status de observador no GATT em 1965, perdendo esse posto em 1971 quando foi decidido pelas Nações Unidas, através da Resolução 2758, "restaurar todos os direitos da PRC e reconhecer os representantes desse governo como únicos legítimos representantes da China para as Nações Unidas" (UNITED NATIONS, 1971).

Com a entrada de Deng Xiaoping e as consequentes Reformas Econômicas, aliadas a essa oficialização do PRC como Governo legítimo do país, a China solicita a reentrada ao GATT, obtendo status de observador da sessão de Partes Contratantes em 1982 e de status de observador nas reuniões do Conselho de Representantes em 1984 (QIN, 1993).

Ao solicitar a reentrada, a República Popular da China demandou o acesso como um membro já estabelecido, visto que foi um dos membros iniciais do Acordo em 1947. Qin descreve que o país alegou à época que:

A criação da República Popular da China em 1949 não alterou o status da China como um sujeito da lei internacional. A retirada do GATT em 1950 pelo regime deposto em Taiwan foi ilegal e inválida. Portanto, existem políticas suficientes e bases legais para a solicitação da China para a retomada de seu status como parte contratante. (QIN, 1993, p. 81, tradução nossa)⁸

Ao longo dessa tentativa de reentrada, inúmeros pontos foram discutidos entre a China e o GATT. Os membros do GATT não eram contra à entrada da China, mas

⁸ "The founding of the People's Republic of China in 1949 did not alter China's status as a subject of international law. The withdrawal from GATT in 1950 by the deposed regime in Taiwan was illegal and invalid. Therefore, there is a sufficient political and legal basis for China's request for resumption of its status as a contracting party."

argumentavam que o ideal seria que ao longo dessa tentativa de reentrada, inúmeros pontos fossem discutidos entre a China e o GATT. Argumentavam que o ideal seria que as Reformas Econômicas Chinesas fossem levadas adiante, visto falta de transparência organizacional no que tange fatores como tarifas e sistema de precificação e um receio dos demais membros devido à instabilidade das políticas econômicas chinesas (SPIJKERS, 1989). As incertezas perante à China refletem a visão de que a economia chinesa seguia sendo vista como uma economia protegida pelo Estado. Tal perspectiva segue sendo a visão de muitos membros da atual OMC, conforme será analisado na sequência desse trabalho.

As negociações começaram em 1986 e duraram mais de 15 anos, muito devido ao desencontro entre as solicitações dos países para permitir o acesso da China e o que a China acreditaria ser as mudanças necessárias para que seu acesso fosse concedido. Foi durante as negociações para o reentrada ao GATT que surgiu a criação da Organização Mundial de Comércio em substituição ao GATT e que também postergou de certo modo um pouco mais a efetivação da entrada.

3 CHINA E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO

Conforme visto no capítulo anterior, a China estava em busca do acesso ao GATT quando houve a substituição do GATT pela Organização Mundial de Comércio. A OMC surge para fomentar uma maior abertura para discussão entre os países e um controle ainda maior sobre os acordos e o comércio internacional.

Ao longo do capítulo será analisada essa mudança e a seguinte efetivação da China na OMC. Será explicitado o motivo dessa mudança organizacional e quais são os objetivos e ideais da OMC e a motivação dos países para acessarem o organismo. Além disso, será abordado o motivo da China buscar esse acesso e o que foi feito pela China e pela OMC para consolidar a entrada do país no órgão internacional. Será avaliado por meio de dados da OMC como vem sendo a performance da China e quão benéfico foi essa entrada para o país. Por fim, é feita uma verificação se todo esse avanço chinês e evolução frente ao comércio internacional foi acompanhado de uma China em conformidade com as regras.

3.1 DO GATT PARA A OMC

Com o surgimento da OMC amplia-se a institucionalização das relações comerciais multilaterais. O GATT, ao reger o comércio internacional, nunca foi uma organização estruturada, mas sim um acordo entre partes contratantes. Devido a isso e ao desejo presente desde os primórdios do GATT de se ter uma organização formal planejada, em 1995 é criada a OMC (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Essa transformação do GATT à OMC trouxe o peso de uma organização internacional de fato: a OMC é um órgão mundial que, além de incorporar os acordos e normas pré-estabelecidas do GATT, criou uma maior variedade de facilitadores comerciais.

O objetivo da OMC é, tal como o do GATT, deixar as trocas comerciais o mais livre possível através de regras transparentes e previsíveis. A organização também auxilia na resolução de disputas que possam surgir de conflitos de interesses através do Sistema de Solução de Controvérsias e faz o controle das políticas comerciais domésticas através do *Trade Policy Review*.

Com um total de 164 membros ao todo de acordo com os dados da Organização (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2017), alguns dos benefícios citados pelo organismo àqueles que são membros são o corte de custos e aumento do padrão de vida, redução das tensões comerciais, estímulo ao crescimento econômico e ao pleno emprego e encorajamento a boa governança.

3.2 CHINA E O PRÉ-ACESSO À OMC

Os motivos do porquê ser um membro da OMC podem variar de país para país. No caso da China, a principal razão era que os apoiadores da liberalização viam essa oportunidade como uma maneira de dar prosseguimento e aprofundar o processo de reformas (PRIME, 2002). Em especial, vislumbrava-se a oportunidade de ampliar a abertura econômica do país e reestruturar sua base produtiva. Para Prime (2002), devido ao grande número de estatais presentes no país, a lógica seria que ao aumentar a liberalização do comércio, as empresas privadas aumentariam sua presença no mercado chinês, criando competição para o sistema interno. A autora cita também outros três fatores para esse desejo de maior internacionalização do país: o segundo seria resultado da revolução tecnológica de 2000, em que os chineses queriam participar ativamente desse desenvolvimento e do mercado, e seria naturalmente mais fácil participar desse mercado se o país for visto como um parceiro crível dentro do sistema internacional econômico. O terceiro fator estaria relacionado às exportações: após a abertura econômica do país houve um grande acréscimo das exportações, auxiliando no crescimento via demanda. Por fim, o último fator seria político: a entrada na OMC permitiria aos negociadores chineses uma maior influência na criação e controle das regras do comércio internacional e assim poderiam contrabalancear o que é mais vital à economia chinesa.

É claro que essa visão não é a única perante à possibilidade de entrada da China na Organização Mundial de Comércio. Prime (2002) argumenta que se teve duas opiniões claras perante ao acesso: havia uma corrente que acreditava que entrar era confiar demais no investimento estrangeiro e a prioridade deveria ser o desenvolvimento econômico nacional, e a outra corrente dizia que a China tinha um

investimento direto estrangeiro muito pequeno e que um maior abertura comercial era necessário para garantir o progresso econômico do país.

O fato é que em 1999, a China conquistou um grande marco assinando o acordo bilateral com os Estados Unidos, o que demonstrou que os Estados Unidos estavam de acordo com a entrada da China na OMC e, com isso, facilitou o processo de entrada na Organização: no final de 2001 a China passou a ser considerada membro oficial da OMC.

A entrada, porém, foi repleta de percalços. Como o sistema da OMC funciona via consenso, um país que quer entrar na organização precisa satisfazer a todos os membros antes de conseguir acesso. E é claro que com relação à China essas exigências não seriam poucas: como comentado por Eichengreen et al. (2008), embora a China seja um país em desenvolvimento e deveria ter um tratamento diferenciado devido a essa condição, membros como os Estados Unidos fizeram com que a entrada da China fosse realizada com termos comerciais, ou seja, a China não só assumiria obrigações que não seriam esperadas de um país recém entrante no sistema, como também esses compromissos envolveriam não só a redução de barreiras comerciais como a aceitação de mudanças em suas políticas internas.

Todos os ajustes que deveriam ser feitos pela China foram agrupados em um documento denominado *Accession of the People's Republic of China*. Dentro desse documento, as principais e mais impactantes mudanças para o país seriam:

Quadro 1 - Principais ajustes para a entrada da China na OMC

1. Regulações locais, regras e outras medidas dos governos locais chineses devem estar em conformidade com as obrigações comprometidas no protocolo de Acesso à OMC
2. China deve estabelecer um mecanismo sob o qual indivíduos e empresas devem chamar atenção às autoridades nacionais casos de não uniformidade na aplicação do regime comercial.
3. China deve notificar à OMC todas as regras relevantes, regulações e outras medidas relacionadas às áreas econômicas especiais, listando essas áreas por nome e indicando os limites geográficos que as definem.
4. China deve aplicar a produtos importados, [...], todas as taxas, cobranças e medidas que afetam importações, incluindo restrições de importações e cobranças de tarifas, que normalmente são aplicadas a importações dentro do território chinês.
5. Exceto se relatado no Protocolo de acesso, indivíduos e empresas estrangeiros e empresas com fundos estrangeiros devem estar de acordo com o tratamento não menos favorável com relação à: <ol style="list-style-type: none"> a) a aquisição de bens e serviços necessários para produção e condições sobre os quais os bens são produzidos ou vendidos no mercado doméstico e para exportação; e b) os preços e a disponibilidade dos bens e serviços demandados por autoridades nacionais e empresas estatais, em áreas incluindo transporte, energia, telecomunicações básicas.
6. Até o acesso, a China deve eliminar ou estar de acordo com o acordos comerciais especiais do acordo da OMC, incluindo acordos comerciais de permuta, com terceiros países e territórios aduaneiros distintos, que não estão em conformidade com o Acordo da OMC.
7. Sem prejudicar o direito da China de regularizar o comércio em uma maneira consistente com o acordo da OMC, China deve progressivamente liberalizar a disponibilidade e escopo do direito de comercializar, para que, dentro de três anos após o acesso, todas as empresas na China devem ter o direito de comercializar todos os bens pelo território aduaneiro da China
8. China deve garantir que procedimentos de compras importadas de empresas comerciais estatais devem ser plenamente transparentes e em conformidade com o Acordo da OMC e devem abster-se de tomar qualquer medida para influenciar ou empresas comerciais estatais quanto à valores e quantidades, ou o país de origem de compra, exceto se acordado no Protocolo de Acesso.
9. China deve, [...], permitir que preços para bens comerciais e serviços em todos os setores sejam determinados pelas forças de mercado, e uma prática de precificação de diferentes níveis para tais bens e serviços seja eliminada.
10. Indivíduos e empresas individuais e empresas devem, após acesso, serem tratados de modo não mais favorável do que o acordado com os outros indivíduos e empresas em respeito à provisão dos ajustes fiscais na fronteira.

Fonte: Elaborada pela autora com base em World Trade Organization (2001).

Além dessas mudanças requeridas para que a China pudesse fazer parte da OMC, quase todos as cotas de importação e exportação deveriam ser removidas e as que fossem mantidas deveriam ser mantidas de modo transparente. Além disso, embora o princípio mais importante da OMC seja o da não discriminação, ou seja, o tratamento igualitário perante a todos os membros sem conceder nenhuma vantagem a um membro específico, a China precisou aceitar temporariamente um tratamento discriminatório. Eichengreen cita que

A China deveria aceitar um status de economia de não-mercado para os propósitos de regras de antidumping até o final de 2015. Isso permitira aos países a utilizar preços construídos ao avaliar reclamações de dumping contra as exportações Chinesas. (EICHENGREEN et al., 2008, tradução nossa)⁹

Todas essas solicitações feitas para conceder o acesso à China geraram uma grande mudança nas leis, nas políticas econômicas vigentes e na transparência política.

As mudanças foram acompanhadas de grande controle, tanto interno quanto externo: ambos os lados estavam acompanhando de perto essa implementação. Prime (2002) exemplifica que Shanghai criou um Centro de Consultas sobre assuntos referentes à OMC e pelo lado da OMC, um mecanismo de revisão transicional também foi realizado por meio de um fórum para que os membros trouxessem suas preocupações sobre essa fase da China ao sistema.

3.3 CHINA PÓS-ACESSO À OMC

Com a efetividade da entrada chinesa e a conseguinte facilitação do comércio internacional para a China, é possível verificar algumas mudanças ocorridas com a China no período pós-acesso à OMC. A Organização Mundial do Comércio é responsável por gerar um relatório denominado *Trade Policy Review* referente a cada membro da organização, sendo o da China geralmente a cada dois anos, trazendo uma visão geral sobre a participação do país como um membro do

⁹ "China agreed to accept non-market economy status for the purposes of anti-dumping rules until the end of 2015 This would allow countries to use specially constructed prices when evaluating claims of dumping brought against Chinese exporters."

sistema, com dados quantitativos sobre as variáveis macroeconômicas do país, o que possibilita essa análise frente ao acesso ao organismo. Além desses dados governamentais, para analisar quais fatores que a China poderia estar falhando frente a seus compromettimentos acordados com a Organização Mundial do Comércio, a monografia usará como base o relatório do Congresso Americano que analisa a conformidade das ações realizadas pela China após sua entrada na Organização Mundial de Comércio, *2017 Report to Congress on China's WTO Compliance*, contrapondo também com leituras acadêmicas.

O relatório do Congresso Americano reporta medidas adotadas pela China que estariam em conflito com as regras acordadas para o acesso à Organização Mundial de Comércio. O documento é gerado anualmente com as variáveis que foram acordadas pela China com a entrada na organização e identifica tanto os progressos quanto as oportunidades de desenvolvimento nessas áreas. É importante citar que por se tratar de um relatório do governo dos Estados Unidos, o foco desse relatório são nos pontos que concernem ao governo americano e sua relação comercial com a China.

No primeiro Relatório da OMC de 2006 da OMC já é importante destacar algumas informações relevantes. A China, conforme dito previamente, vem desde as reformas econômicas que começaram em 1978 a buscar uma abertura gradual de sua economia tanto para o comércio internacional quanto para o IDE e permitir, assim, a entrada emergente - junto ao já existente setor público - do setor privado. O *Trade Policy Review 2006* cita valores bem positivos para a economia chinesa: entre o período de acesso à OMC e o período do relatório (2001 - 2006), o crescimento do PIB Real foi de 9% em médio ao ano, gerado principalmente pelas exportações e investimentos, sendo que especialmente o comércio internacional e o investimento em reformas fez com que a China crescesse sua integração com o mundo econômico. Além disso, uma grande mudança na moeda chinesa também foi citada: o Renminbi (RMB) era fixado no dólar, mantendo sua estabilidade em termos nominais contra o Dólar americano. Em 2005, a China moveu seu câmbio de fixo para um regime de taxa de câmbio flutuante com relação a uma cesta de moedas. Isso permitiu " [...] à China operar uma política monetária mais independente e

permitir que o mercado tivesse um papel maior em determinar taxas de juros e, portanto, alocar recursos."¹⁰ (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2006, tradução nossa)

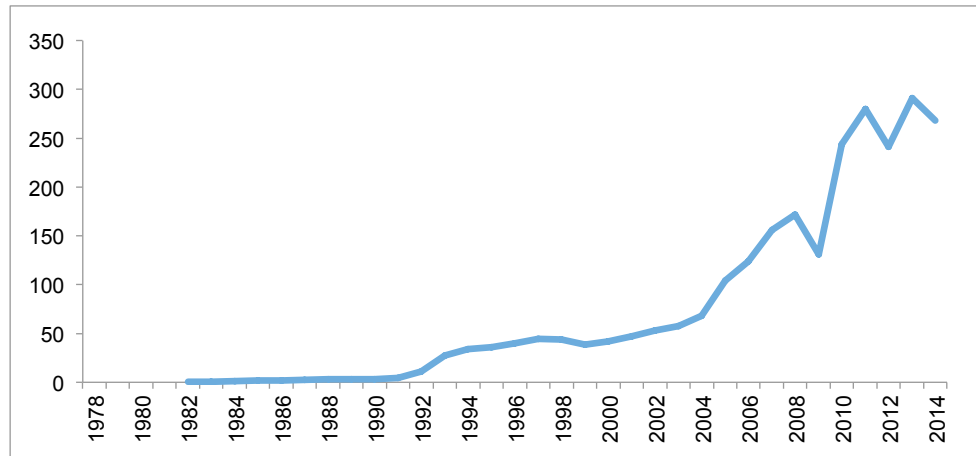
Essa constatação trazida pela OMC é fortemente contraposta com a visão trazida por Stephen Ezell, vice-presidente da Fundação de Tecnologia de Informação e Inovação (ITIF na sigla original em inglês). Ezell (2015) cita que embora exista o comprometimento por parte da China de evitar manipular taxas de câmbio, uma pesquisa publicada em 2012 pelo Instituto Peterson para Economia Internacional identifica que a China é considerada um dos vinte países que mais manipulou suas moedas na primeira década do século XXI. O autor ainda argumenta que a contínua desvalorização competitiva feita pelo país representaria subsídios a todas as exportações e tarifas às importações, gerando tanto uma redução no bem estar econômico global quanto a constatação de que a China não estaria de acordo com os compromettimentos feitos para a entrada na Organização Mundial de Comércio.

A mudança gradual devido às reformas chinesas também refletiu em mudanças no comércio e nas políticas de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Em WTO (2006), alega-se que as barreiras de importação foram reduzidas e o investimento passou a ser permitido em um número maior de setores, o que estaria de acordo com as obrigações para a entrada da China no sistema.

É possível verificar de acordo com o gráfico 4, que o IDE manteve-se crescente em quase todos os momentos da sua trajetória pós Reformas Econômicas, com exceção de períodos como a retração mundial da Crise de 2008.

¹⁰ " [...] enable China to operate a more independent monetary policy and allow the market to play a greater role in determining interest rates and therefore in allocating resources."

Gráfico 4 - Fluxos de entrada de Investimento Direto Estrangeiro na China em US\$ bilhões: 1978 - 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em World Bank (2018).

O investimento direto estrangeiro também foi fortemente discutido nos relatórios subsequentes. Embora os setores que mais atraem o investimento sejam os setores manufatureiros e varejistas, o país buscou fortemente encorajar o IDE em setores estratégicos que consigam promover a cadeia de valor e reequilibrar a economia em prol da melhoria do meio ambiente. De acordo com World Trade Organization (2012), são sete as indústrias que são vistas como indústrias emergentes estratégicas na China e que recebem preferências tributárias: o setor manufatureiro avançado, as indústrias de alta tecnologia, as indústrias de nova tecnologia, os serviços modernos, as novas fontes de energia, a economia de energia e as indústrias pró-ambiente.

Além disso, a World Trade Organization (2014) informa que o país tomou medidas que visam a simplificação de regras e facilitação de recursos no uso de capital para investimentos diretos. Como exemplo o relatório traz que não há restrições aos empréstimos no caso de bancos domésticos para empresas estrangeiras investidoras e que vêm facilitando o exame e aprovação dos procedimentos de IDEs.

Embora o país alegue que está simplificando processos e sendo claro em seus procedimentos, um ponto trazido pelo United States Trade Representative (2017) é referente à transparência chinesa. A transparência é um dos princípios da OMC mais discutidos. O Artigo X do GATT (1948) serve de base para as relações comerciais entre os países e contém dois princípios centrais: transparência das regulações comerciais existentes e aplicação uniforme dessas regulações. O artigo,

traz que:

- X.I. É requerido que todas as informações relevantes para as trocas sejam publicadas de uma maneira acessível a terceiros, sendo a cobertura desse artigo estendida a leis, regulações, regras e decisões judiciais de aplicação geral;
- X.II. Estipula que regras só podem ser aplicadas se tiverem sido publicadas previamente à aplicação. (a) requer que todos os membros da OMC administrem todas as leis, regulações, regras e decisões judiciais de uma maneira uniforme, imparcial e racional; Por fim, (b) estipula que cada membro deve ter tribunais e procedimentos que permitam a revisão de correções de ações administrativas. (GATT, 1948)

O que o congresso estadunidense alega é que o gigante asiático não aparenta notificar todos novos e revisados padrões, regulamentos técnicos e procedimentos de conformidades que são solicitados pelas regras da OMC. O USTR (2017) sustenta que a China não publica normalmente em seus jornais certos tipos de medidas relacionadas ao comércio, nem cumpre o acordado no que tange às traduções: embora todas as leis, regulamentos e outras medidas vinculadas ao comércio devessem ser traduzidas em uma ou mais línguas, isso não acontece regularmente.

Ao voltar aos relatórios de 2006 e de 2008 da OMC, em contraste com as alegações estadunidenses, os relatórios reportaram uma melhora na redução das barreiras não tarifárias e uma concordância com as tarifas de Nação Mais Favorecida (conforme visto anteriormente, é a tarifa que representa a menor tarifa que um país pode ter frente a outro país) que foram acordadas em 2001.

O relatório norte-americano alega que a China mantém-se como um economia voltada ao seu estado e que seus parceiros comerciais encontram sérios problemas no comércio com o país por causa desse aspecto. Além disso, as regras aplicadas pela OMC não seriam suficientes para limitar o comportamento da China. A lógica por trás disso seria que as práticas e políticas aplicadas em 2001 no período de acesso já teriam sido trocadas por práticas mais sofisticadas, (USTR, 2017). O relatório estadunidense traz que

o governo chinês segue uma grande variedade de políticas intervencionistas que objetivam limitar o acesso de bens e serviços importados [...]. Ao mesmo tempo, a China oferece substancial auxílio governamental, recursos e apoio regulatório para apoiar as indústrias chinesas [...] Os principais

beneficiários das políticas e práticas chinesas são as empresas estatais[...] Como resultado, mercados ao redor do mundo são menos eficientes do que eles deveriam ser. (USTR, 2017, p. 2, tradução nossa)¹¹

Essa proteção do governo chinês que o governo norte americano alega fere a ideia da organização de criar políticas que garantam que o comércio internacional consiga fluir de uma maneira livre e eficiente, não beneficiando empresas locais em detrimento daquelas advindas de outros membros da organização.

O relatório de 2010 é o que retratou o impacto da crise de 2008 e as consequentes reduções em algumas variáveis econômicas do país. Segundo World Trade Organization (2010), em 2009 houve uma redução do PIB Real de 9,6% em 2008 para 8,7% em 2009. Nesse período de recessão global, o sucesso da China em competir no mercado global e sua contínua dependência na exportação de manufaturados fez com que houvesse uma vulnerabilidade em comercializar com seus parceiros.

O país respondeu, portanto, aos efeitos da recessão econômica. A resposta se deu por meio de uma política fiscal e monetária expansionista para compensar o declínio brusco da demanda externa, enfatizando assim, a demanda doméstica para conduzir o crescimento do PIB (WTO, 2010).

Quanto à moeda nacional, que no relatório de 2006 era vista como flutuante, teve entre julho de 2005 e julho de 2008 uma apreciação em 21,4% contra o dólar, o que foi avaliado positivamente por parte do Fundo Monetário Internacional, ao enaltecer o progresso feito nos últimos anos em aumentar o papel do mercado na determinação da taxa de câmbio e a consequente apreciação nunca antes conquistada desde a Reforma de 2005 (WTO, 2010).

Os subsídios são outro fator a ser discutido devido à sua relevância dentro dos relatórios oficiais. Dentro do Protocolo de acesso à Organização Mundial do Comércio fica acordado que o governo chinês se comprometeria a eliminar ou substancialmente reduzir os subsídios à exportação, principalmente empresas

¹¹ The Chinese government pursues a wide array of continually evolving interventionist policies and practices aimed at limiting market access for imported goods and services [...]. At the same time, China offers substantial government guidance, resources and regulatory support to Chinese industries [...] The principal beneficiaries of China's policies and practices are Chinese state-owned [...]. As a result, markets all over the world are less efficient than they should be.

estatais que geram prejuízo. WTO (2012) descreve que a China submeteu uma notificação à OMC, em 2011, referente aos subsídios, listando os programas que envolveram assistência governamental entre 2005 e 2008. O documento reporta que em muitos casos a China não divulgou a magnitude do apoio providenciado, além de não disponibilizar informações referentes a esses auxílios dentre as províncias chinesas. Essa constatação das reduções tarifárias é também questionada por trabalhos e jornais acadêmicos. Ezell (2015) cita que embora a China tenha se comprometido às reduções, subsídios a indústrias como ferro, vidro, papel e energia seguiam particularmente intensivas e contribuíram substancialmente para a sobre capacidade global nessas indústrias.

Em 2012, o relatório da OMC trouxe uma estatística muito relevante, a China se tornou o segundo maior exportador do mundo e o terceiro maior importador de bens e serviços (excluindo comércio intra-Europeu). Além do desenvolvimento macroeconômico que sofreu uma queda devido à recessão global nos anos anteriores, a China continuou a ter uma poupança interna positiva, o que fez com que o crescimento ficasse menos dependente das exportações do setor manufatureiro e gerou desafios políticos importantes para as autoridades monetárias.

Um avanço questionável também foi realizado no que se diz respeito às empresas estatais. O número de empresas estatais reduziu, conforme WTO (2006), porém as empresas permanecem sendo as dominantes em diversos setores e subsetores que são vitais à economia nacional. Esse comportamento levanta questionamentos sobre se de fato está ocorrendo uma mudança no país com a maior abertura comercial e será tratado adiante no trabalho.

Na perspectiva oficial dos Estados Unidos, os dados seriam evidência suficiente para confirmar o benefício das empresas estatais na China em um comparativo pré e pós-acesso na OMC: enquanto o número das empresas estatais caiu de 400,000 em 1997 para 150,000 em 2008, os ativos combinados dessas empresas cresceram de 125 bilhões de Remnimbi para 416 bilhões, o que representa um crescimento de mais de 230% nesse período analisado e reforça a ideia de que as estatais estão mais fortes (HUANG, 2015). Ao todo, de acordo com USTR (2017), as empresas estatais ainda são responsáveis por grande parte do PIB chinês e o fato de que o estado e a sua presença na economia cresce a cada ano é

algo que, embora possa parecer destoante de uma maior presença internacional dentro do país, precisa ser levado em consideração o contexto político em que a China se insere, sendo um país de apenas um partido e tendo seu modelo econômico melhor denominado por um "socialismo com características chinesas".

Ao assinar o Protocolo de acesso, a China garantiu que as empresas estatais e empresas investidas pelo estado fariam suas compras e vendas baseadas apenas em considerações comerciais, sendo que o que se percebe é um esforço chinês de limitar agências governamentais chinesas e empresas estatais de adquirir informações manufaturadas e produtos tecnológicos desenvolvidos por empresas estrangeiras (EZELL, 2015).

Foi em 2014 que o relatório da OMC reportou que a China se tornou o maior exportador do mundo e que durante o período revisado, tanto exportações quanto importações cresceram rapidamente. O país também manteve sua política fiscal ativa e continuou, de acordo com a Organização Mundial de Comércio, a promover a participação privada na economia.

Um fator que está altamente em discussão e foi outra variável abordada por Ezell (2015) sobre fatores que a China não se adaptou após a entrada na OMC é o de requerer tecnologia ou a transferência de IP como uma única condição de acesso ao mercado. "Embora o acordo de entrada na OMC contenha regras claras proibindo o país de vincular o investido direto estrangeiro ou o acesso ao mercado a requisitos de transferência de tecnologia ao país" (EZELL, 2015, tradução nossa)¹², a discussão segue ativa e é um ponto de não conformidade às regras.

Em 2018 houve uma promessa por parte da China de que não haveria mais essa obrigação de transferência tecnológica, muito porque isso prejudica a relação China-Parceiros Comerciais e também inibe novas relações surgirem. As empresas estrangeiras não só se opõem à necessidade de revelar suas principais tecnologias aos parceiros chineses, como também se preocupam com sua propriedade intelectual.

¹² "Although China's WTO accession agreement contains rules forbidding the country from tying foreign direct investment or market access to requirements to transfer technology to the country [...]"

A propriedade intelectual é outro fator preocupante aos membros da OMC. Ao se comprometer na sua entrada à OMC que iria vigiar as violações de propriedades intelectuais, não se vê um avanço atualmente, visto que

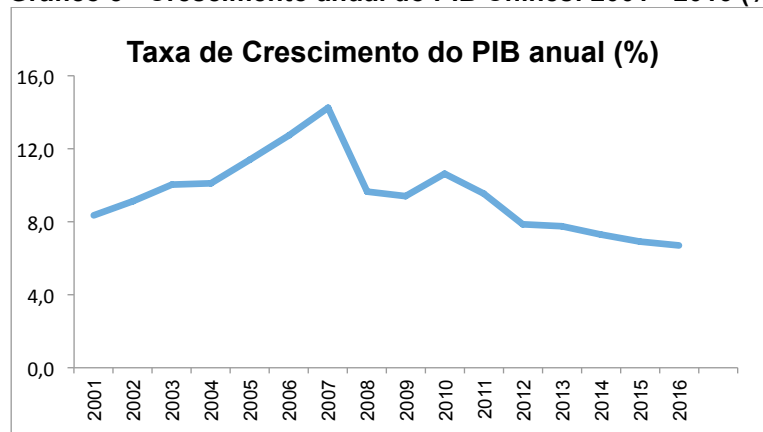
A proteção da propriedade intelectual é o desafio número 1 para corporações multinacionais operando na China. De acordo com o governo norte-americano, a China é responsável por quase 80% de todos roubos de propriedade intelectual de organizações sediadas nos Estados Unidos em 2013, somando cerca de 300 bilhões de dólares em perdas administrativas. (SCHOTTER e TEAGARDEN, 2014, tradução nossa)¹³

Esse vazamento de informação engloba tanto itens falsificados como brinquedos, itens de luxo e caros, como processos operacionais sendo pirateados e se tornando uma barreira à integração completa entre parceiros internacionais (SCHOTTER e TEAGARDEN, 2014). Por fim, o (USTR, 2017) ainda alega que a China falhou no cumprimento de suas promessas para um sistema mais orientado ao mercado, principalmente na extensão que o próprio estado patrocina o roubo de segredos comerciais e frustra a proteção efetiva desses segredos.

O último *Trade Policy Review* realizado pela OMC foi em 2016, em que é importante destacar alguns conceitos que surgiram. A economia chinesa sofreu uma retração no período de 2014 a 2016. As autoridades chinesas explicam essa redução como sendo uma nova situação denominada "Novo Normal", que implica em um crescimento mais estável e um crescimento do PIB real de 6.5 a 7% ao ano, o que pode ser visto no gráfico 5, que demonstra tanto esse crescimento a taxas decrescentes do país, como as altas taxas no início da primeira década do século, atingindo os 14% de crescimento do PIB no ano de 2007. O Relatório reitera o que foi decidido no *13th Five-Year Plan (2016-2020)*. Esse é o planejamento quinquenal realizado pelo Partido Comunista da China (CPC em inglês) com propostas de desenvolvimento para os anos de 2016 até 2020, tendo como meta manter um crescimento médio-alto, conforme citado por Jianfeng (2015).

¹³ "Intellectual property (IP) protection is the No. 1 challenge for multinational corporations operating in China. According to the U.S. government, China accounted for nearly 80% of all IP thefts from U.S.-headquartered organizations in 2013, amounting to an estimated \$300 billion in lost business."

Gráfico 5 - Crescimento anual do PIB Chinês: 2001 - 2016 (%)



Fonte: Dados brutos de World Bank (2018).

Esse plano também traz outros comprometimentos a serem seguidos ao longo desses anos, como a continuação do processo de reforma estrutural econômica, o que contém a promoção da participação do setor privado na economia, assim como a reforma das empresas estatais. O plano ainda cita a continuidade de fazer a taxa de câmbio mais orientada ao mercado, tal como visto nos últimos relatórios da OMC.

Outro ponto relevante para esse novo período da economia chinesa é que, conforme World Trade Organization (2016), esse novo normal é caracterizado por um crescimento econômico cada vez menor e mais voltado à tecnologia. Dado o papel da China no cenário internacional, essa alteração teria implicações para o resto do mundo, visto que essa mudança no padrão de produção baseado em uma capacidade de maior inovação terá que ser apoiada por uma força laboral cada vez mais habilidosa e um acesso cada vez mais intenso às tecnologias mais avançadas (WTO, 2016).

Planos e documentos vêm surgindo e reiteram essa nova fase da China, engajada ainda mais nessa busca de avanço tecnológico e de "mercantilismo inovador que busca apoiar produtores domésticos aos custos dos competidores estrangeiros no alcance de seus objetivos de mover a cadeia de valor."¹⁴ (EZELL; ATKINSON, 2015, tradução nossa). O USTR (2017) alega que a China estaria buscando políticas ao longo do último ano (2016) que limitariam o acesso ao

¹⁴ "Innovation mercantilism that seeks to support domestic producers at the expense of foreign competitors in pursuit of its goal of moving up the value chain."

mercado para bens importados, manufaturas estrangeiras e ofertantes de serviços estrangeiros, ao mesmo tempo que apoia e oferece auxílio para as indústrias chinesas. Dentre os exemplos citados pelo relatório é o plano industrial *Made in China 2025*, que será tratado adiante .

Ao analisar os dados trazidos pelos relatórios da OMC, é possível verificar que essa maior abertura comercial da China após entrada na Organização Mundial do Comércio vem ao encontro à consolidação do crescimento chinês no cenário internacional. O fato é que, esse impulso realizado pela China através da Organização Mundial de Comércio vem sendo cada vez mais questionado devido ao *gap* entre os compromissos acordados pela China e o que fora cumprido de fato nesses quase duas décadas de participação na organização.

A China, ao acessar a OMC, concordou em assumir uma série de importantes compromissos para abrir e liberalizar seu regime para que consiga melhor integrar na economia mundial e oferecer um ambiente mais previsível para negociações e investimento estrangeiro de acordo com as regras da OMC". Esses compromissos iniciais, acordados através do protocolo de Acesso em 2001 envolveram o comprometimento quanto à revisão de suas leis e regras tarifárias. O que é trazido por autores como Ezell e órgãos como o Congresso Americano, é que a China não agiu da maneira mais *compliance* possível. A China teria usado sua condição de membro da OMC para se tornar um jogador dominante no mercado, enquanto se mantendo como uma economia dominada pelo estado (USTR, 2017).

No próximo capítulo serão abordados outros planos como o supracitado que vem moldando a China Contemporânea e que trazem questionamentos de membros e autoridades a respeito da conformidade em que as regras acordadas vêm sendo levadas frente ao desejo de ascender e se tornar uma potência tecnológica.

Esse ideal é considerado cada vez mais nacionalista, com a introdução de políticas focadas no desenvolvimento da tecnologia de ponta, é um dos pontos trazidos como mudança e afirmação de Xi Jinping no poder. O próximo capítulo abordará não só quem é o atual líder da República Popular da China, como também quais são seus ideais e o quais mudanças ocorreram com a China desde então.

É importante, porém, retomar os argumentos trazidos no segundo capítulo, referente ao crescimento dos países desenvolvidos. Chang (2007) reforça que o que a OMC faz é requerer que todos membros se apliquem a mesma regra, todos os

membros devem assinar os mesmos acordos, o que não era feito no GATT. No regime aplicado através do GATT, os países poderiam escolher quais acordos eles se submeteriam e muitos países em desenvolvimento poderiam não participar de determinados acordos se assim fosse desejado.

4 XI JINPING E A NOVA ORDEM CHINESA

Xi Jinping é a pessoa diretamente relacionada a essa mudança no padrão de comportamento chinês. Sendo o homem mais poderoso na frente do Partido Comunista Chinês, ele é o presidente do país desde 2013, tendo sido reeleito no décimo-nono congresso do Partido Comunista que ocorreu em outubro de 2017. Sendo visto atualmente como um nome tão forte na China quanto Mao Zedong e Deng Xiaoping, teve como grande marco do primeiro mandato uma luta intensa contra a corrupção, em busca de uma melhoria econômica e de alianças mais seguras.

Ao longo do capítulo, além das mudanças realizadas por Xi Jinping no governo, será descrito quem é o atual presidente e quais são os princípios e ideais que o guiam. Por fim, será abordado especificamente a internacionalização chinesa ao longo desse novo período da história chinesa e as consequentes projeções para as próximas décadas.

4.1 QUEM É XI JINPING

Filho de Xi Zhong, um dos fundadores do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping era adolescente quando a Revolução Cultural aconteceu e ele e mais de 17 milhões de jovens chineses foram enviados das suas cidades para as áreas rurais para se ter a experiência em "primeira mão de viver da terra", conforme relata Brown (2015).

Brown (2015) cita que em 1969, Xi foi enviado a Liangjiahe em 1969, onde morou e ficou até meados dos anos 1970, quando voltou para Beijing como *Workers' Brigade Scholar*, uma categoria para aqueles que haviam terminado seus estudos há mais de uma década ou tinham sido privados da possibilidade de entrar em uma universidade, estudando na *Tsinghua University*.

Xi ao longo desse período tentou se tornar membro do Partido, porém foi inúmeras vezes rejeitado devido ao histórico de seu pai com o partido. Desde que aceito como membro, em 1974, o atual presidente não saiu mais do cenário político, começando sua presença no mundo político trabalhando na província de Hebei (GRACIE, 2017).

Xi surge no cenário político de uma forma rápida,

Qualquer um que previsse que Xi se tornaria líder do partido comunista na década de 1990 teria sido denominado louco. Em 1997, como um sinal de sua impopularidade, ele perdeu as eleições do Comitê Central do Partido, e entrou à elite central por uma posição. (BROWN, 2015, tradução nossa)¹⁵

Xi foi governador de Fujian entre 1999 e 2002. Após esse período, serviu como chefe do Partido e tinha como uma de suas prioridades apoiar empresas locais e mudar o desempenho da província, que era conhecida por seus níveis relativamente baixos de exportações e investimento. No final de seus anos no posto, a exportação de Zhejiang cresceu a taxas de 33% por ano e encorajou quase 2000 empresas a investir ao redor do mundo (BROWN, 2015).

Com a detenção formal para investigação do à época secretário do Partido Chen Liangyu, surge o anúncio que Xi Jinping assumiria, em meados de 2007, o cargo de Secretário do Partido (BROWN, 2015). Após esse período, Xi se tornou vice presidente de Hu Jintao entre os anos de 2008 e 2013, assumindo a presidência a República Popular da China em 2013.

Quando Hu Jintao saiu do seu posto de Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, em 2012, e do posto de presidente, em 2013, a China e seu posicionamento já haviam se alterado bastante se comparado ao decênio anterior. Ao comparar o período inicial de Hu ao período conseguinte a sua saída, é possível verificar que a partir de sua entrada na OMC a China passou por um período de extremo crescimento, com suas reservas em moeda estrangeira, que eram 212 bilhões de dólares antes da entrada na OMC, alcançando 4 trilhões de dólares em 2014, conforme (FERDINAND, 2016).

4.2 IDEAIS E PRINCÍPIOS DE XI JINPING

Hu, diferentemente de Xi Jinping, era diretamente visto como alguém que seguia os preceitos de Deng Xiaoping, que, conforme visto no segundo capítulo, foi

¹⁵ "Anyone predicting Xi's becoming CCP leader in the 1990s would have been regarded as crazy. In 1997, as a sign of his unpopularity, he famously missed out on election to the Central Committee of the Party, and direct entry into the central elite, by one position."

o nome principal das Reformas Econômicas ocorridas em 1978. Além da liberalização econômica que foi o ponto mais alto do período, grandes mudanças institucionais foram realizadas em seu período para que não se tivesse a volta do *one voice chamber*, realizado por Mao em seu período. Deng, portanto, alterou o que antes era uma liderança de uma pessoa só para uma liderança coletiva (LAM, 2015).

A ideia de Deng era, conforme Campbell (2018), introduzir limites aos termos presidenciais para garantir não apenas uma transição de liderança tranquila, mas também garantir que alguém com a força de Mao não pudesse controlar o país novamente.

A liderança coletiva, ideal de Deng relatado acima, é baseada em

1. O modo coletivo de transferir poder de um líder ao próximo: o líder atual não tem mais direito ou oportunidade de escolher o próximo líder. Essa escolha é baseada no consenso da liderança e aprovação da liderança do Partido;
2. O estabelecimento coletivo na organização do partido: existe um jeito particular de dividir responsabilidades entre tarefas coletivas e individuais da organização do Partido Comunista Chinês;
3. Supervisão interna: é o exercício do coletivo supervisionar seus próprios membros e o indivíduo estar em contínua supervisão da liderança coletiva. (OFTEDAL, 2017, tradução nossa)¹⁶

Outra mudança que Deng trouxe foi a de se distanciar das campanhas políticas e movimentos realizados por Mao com o intuito de retificar e purificar o pensamento de intelectuais, declarando que a construção econômica do país deveria ser a tarefa principal do Partido (LAM, 2015).

O que é visto é uma aproximação muito clara com a política. Xi, conforme Ferdinand (2016), se mostrou preocupado em afirmar o papel de líder do partido, com sua ênfase no papel dominante da liderança central, muito mais recorrente que os seus antecessores. Diferentemente de todos os outros líderes que surgiram após

¹⁶ "1. The collective way of transferring power from one leader to the next: the current leader no longer has the right or opportunity to pick the next leader. This choice is made based on consensus at the top and approval from the wider party leadership;
2. The collective set-up in the party organization: there is currently a particular way of dividing responsibilities between collective and individual tasks in the CCP organization;
3. Internal supervision: it is the task of the collective to supervise its own members, and the individual is continuously under the watch of the collective leadership."

o período da Revolução Cultural, Xi desde o início de seu mandato deu a mesma importância dada à economia a política e a busca ideológica.

Beech (2018) se posiciona em seu artigo alegando que Xi Jinping, através da aclamação ao setor estatal e de diatribes contra os estrangeiros que estariam buscando destruir a China, estaria retrocedendo ao mundo de Mao, apontando que esse nacionalismo é reforçado bem em um período em que a China se torna cada vez mais poderosa e influente.

É importante, contudo, perceber que Xi é diferente dos demais líderes. Xi possui seus próprios ideais e aplica seus princípios para alcançar o que ele acredita ser o ideal para a China: o rejuvenescimento do nacionalismo.

A era Xi Jinping surge não só com a consolidação do líder, mas com a solidificação do seu pensamento para todo o território chinês. O presidente, como líder supremo da nação, vem cada vez mais enaltecendo o partido e a importância dele para a criação de uma nação mais forte. Esse fortalecimento está diretamente ligado ao principal slogan de Xi Jinping: o sonho chinês.

Esse sonho chinês que é recorrentemente mencionado em discursos e propagandas do Partido Comunista, se tornou a ideologia registrada de Xi e será abordada em breve para melhor entendimento das orientações políticas futuras do Partido Comunista.

O período com Xi na liderança, principalmente entre 2012 a 2022 - de acordo com Men e Tsang (2016) - será importante visto suas ambições para a potência asiática: a China, que caminhava a passos mais lentos através do Novo Normal conforme discutido anteriormente, surge com a desafiante proposta de liderar o rejuvenescimento nacional a taxas rápidas de crescimento. Na sequência, avalia-se como era a China quando Xi assumiu a liderança e quais medidas foram apontadas à época como importantes para a continuidade do alto desempenho do país. Com isso, busca-se descrever o que seria o “sonho chinês” e como ele vem mudando a inserção do país no contexto global.

4.3 XI JINPING E A CHINA DE 2013

Xi Jinping assume o poder em 2013 com uma China em situação de

repressão financeira clássica, com taxas de juros altamente baixas e uma taxa de câmbio depreciada (BRØDSGAARD, 2017).

A China vinha crescendo de forma extremamente rápida por um bom tempo, com um deslocamento no seu padrão de crescimento tendo ocorrido nos últimos anos conforme mencionado. Dollar (2015) contextualiza que essa mudança no padrão se manifestou devido a três problemas: avanços tecnológicos foram reduzidos, o produto marginal do capital também caiu - ou seja, sendo necessário mais investimento para produzir cada vez uma fatia menor de crescimento - e o consumo que é muito baixo, principalmente o consumo das famílias.

Ao herdar esse perfil de excessivo investimento e baixo consumo, os programas de reforma buscados e as conseqüentes explicações dadas enfocam a nova etapa vivida pela China, com a busca pelo aumento das inovações, aumento da produtividade e o reforço no consumo.

O novo programa de reforma foi apresentado no décimo oitavo Comitê Central do CPC, realizado em 2013. O Partido se encontra a cada cinco anos para desenhar suas políticas e objetivos para o quinquênio subsequente. A principal ideia por trás dessa recorrência seria manter a estabilidade enquanto avançando os programas e reformas realizados ao longo dos últimos anos e que culminaram na Economia Chinesa se transformando na segunda maior economia do mundo. O programa, denominado *The Decision of the CPC Central Committee on Some Important Questions concerning Comprehensively Deepening Reform*, é o resultado de mais de meio ano esboçando uma política sobre a supervisão de Xi Jinping (JIANFENG, 2015). Supervisão essa, que trouxe algumas decisões que impactam na concepção de economia do país. Dentre essas políticas, segundo Brødsgaard (2017) estão:

- a) A ênfase nos mecanismos de preço baseados no mercado, que deveriam ser aplicadas quando o mercado pode determinar preços;
- b) Melhor integração entre os mercados internos a fim de endereçar as distorções do mercado sobre as regiões na China;
- c) Uma regulação de entrada de capital mais unificada e
- d) Uma reforma no setor estatal da economia, com uma proposta de estabelecer um sistema de propriedade misto, permitindo com isso

investimentos de capitais privados em setores estatais, com intuito de introduzir competição ao setor estatal.

Com relação à reforma no setor estatal, é interessante trazer que Brødsgaard (2017) constata que o programa parecia se comprometer em implementar de fato a reforma estatal, visto declarações governamentais e intervenções realizadas no final de 2013. Brødsgaard expõe que essa visão pareceu mudar de direção no final de 2014, quando

[...] o debate foi deslocado na direção da consolidação das empresas estatais, ao invés de separá-las em unidades competitivas. A intenção estatal era combinar empresas de modo a criar monopólios maiores ainda dentro de setores como geração de energia e telecomunicações. Em declarações oficiais era dito que essas fusões eram necessárias para as campeãs nacionais chinesas poderem competir a nível global onde a competição é viciosa.[...] (BRØDSGAARD, 2017, p. 156, tradução nossa)¹⁷

Ao mesmo tempo em que as empresas estatais expandiram significativamente e são o maior contribuinte para a receita governamental, a importância das mesmas vem reduzindo nitidamente, conforme visto ao longo do capítulo anterior. Huang (2012) cita que as reformas nesses setores envolvem alguns problemas adicionais, como a falta de incentivo e a ineficiência produtiva, que impactam as despesas governamentais e a alocação de recursos.

Xi destaca em seu discursos que apoia uma economia mundial aberta e um comprometimento a uma continuidade na liberalização dos mercados chineses aos investidores estrangeiros, tendo feito essas promessas após divulgação dos benefícios de um sistema socialista na abertura do 19º Congresso do Partido Comunista.

Além disso, Xi em seu discurso disse que o governo irá promover um crescimento e expansão do capital estatal, além de prevenir efetivamente perdas de

¹⁷ "[...] the debate shifted in the direction of consolidation of SOEs rather than breaking them up into competing units. The stated intention was to merge companies in order to create even bigger monopolies within sectors such as telecom [...]. In official statements such mergers are necessary in order for Chinese "national champions" to be able to compete at global level."

ativos estatais, aprofundar reformas das empresas estatais e desenvolver uma economia mista.

As políticas que vêm sendo conduzidas por Xi são amplamente discutidas por acadêmicos e periódicos. Roach constata que

[...] três conclusões tiradas dos discursos de Xi são particularmente importantes. Inicialmente, o alicerce ideológico do "Pensamento de Xi Jinping" vêm sendo discutidas no mesmo nível ao "Pensamentos de Mao Zedong" [...]. Segundo, o relatório político fala com grande confiança sobre a China ter entrado em uma Nova era [...]. O terceiro ponto [...] é que, sobre a liderança de Xi Jinping, o partido revisou a contradição principal pela primeira vez desde 1981. Enquanto que a contradição já fora sido enquadrada como um trade-off entre as necessidades dos cidadãos e a "produção social atrasada" da China, não é vista como uma tensão entre desenvolvimento inadequado e as necessidades cada vez mais crescentes de uma vida melhor. (ROACH, 2017, tradução nossa)¹⁸

Para Spence (2017), o presidente parece acreditar que a legitimidade do governo é basicamente uma função dos seus valores empregados, alinhado ao progresso econômico e social, sempre comprometido ao interesse dos cidadãos. Devido a esse posicionamento, os líderes do Partido Comunista e, conforme o autor, a população chinesa acredita que o poder da governança nas mãos de um só partido deve ser o pilar essencial da estabilidade e crescimento. Esse posicionamento faz com que seja necessário dos líderes chineses um balanço entre o Partido Comunista, definindo padrões e protegendo o interesse do público, e a potência e inovação dos mercados, buscando como fim principal levar a economia do país ao futuro.

A China na era Xi Jinping começa com a consolidação de um ideal de uma sociedade mais próspera até 2035 e com isso estabelecer sua posição como uma Grande Potência até 2050. Para tal, a agenda econômica sob Xi já se expandiu além do foco no crescimento doméstico e desenvolvimento da influência chinesa no

¹⁸ "Three conclusions from Xi's address are particularly important. For starters, the ideological underpinnings of "Xi Jinping Thought" have been raised to the same lofty level as those of "Mao Zedong Thought," [...]. Second, the political report speaks with great confidence about a China that has now entered a "New Era." [...]. The third point is [...] under Xi's leadership, the Party has revised its principal contradiction for the first time since 1981. Whereas the contradiction had previously been framed as a tradeoff between the needs of the people and China's "backward social production," it is now viewed as a tension between "unbalanced and inadequate development" and the "people's ever-growing needs for a better life."

cenário global para uma visão de extrema estratégia, com grandes iniciativas de expansão e de avanços tecnológicos e com a consolidação do denominado slogan "sonho chinês".

4.4 O SONHO CHINÊS E INICIATIVAS

A China está em um período de grande transformação. Já atuando como potência global mas com grandes ambições de se tornar uma superpotência, qualquer ascensão ou mudança na política chinesa gera reflexos, ou pelo menos curiosidade mundo afora. Xi Jinping é um líder forte e de extrema influência e autoridade, sendo considerado o possível grande nome da mudança chinesa após Mao e Deng.

Desde sua entrada, sua principal mensagem foi clara: ele está buscando o grande renascimento do povo chinês, através da construção e consolidação da potência chinesa como um lugar próspero, onde os cidadãos possam ter a oportunidade de construir seu próprio sonho e tudo isso, com a força do Partido Comunista e do espírito chinês. Esse enaltecimento dos ideais do Partido sempre estiveram em pauta e não desapareciam, ainda mais por se tratar de um país que expressa que seu tipo de governo envolve o Socialismo com características chinesas. Porém, como visto anteriormente, com Xi no poder, o ambiente político e o poder da liderança foi reforçado.

O sonho chinês pode ser traduzido como a nova missão da atual liderança e o manifesto político para o Partido Comunista e para o futuro na nação: é o desenvolvimento de uma grande estratégia para a China no que tange o rejuvenescimento nacional (WANG, 2014).

A busca pelo rejuvenescimento, ou então o incentivo do mesmo não é algo novo ou particular da atual liderança, tendo sido usada ao longo de gerações de líderes dentro do Partido Comunista. O conceito do rejuvenescimento nacional é trazido por Wang que descreve que ele

[...] É profundamente enraizado na experiência chinesa nacional e na memória coletiva. Rejuvenescimento representa o desejo compartilhado do cidadão chinês que quer que seu país seja forte, próspero e livre de invasões estrangeiras [...]. Rejuvenescimento nacional é um conceito

essencial para a construção da identidade nacional chinesa, tendo sido incorporado na educação, cultura popular e narrativa social chinesa. (WANG, 2014, p. 11, tradução nossa)¹⁹

Além de elevar a importância do Partido e da ambição de um sonho chinês em comum para todos, Xi Jinping também traçou desde o início de sua trajetória como presidente metas para o desenvolvimento da nação chinesa. Allison (2017) informa que ele estipulou dois objetivos em importantes centenários: o primeiro deles é o estabelecimento de uma sociedade moderadamente próspera através da duplicação do seu PIB per capita de 2010 até 2021, quando o Partido Comunista Chinês completa 100 anos de criação; o segundo é a consolidação de uma nação completamente desenvolvida, rica e poderosa até o centenário da República Popular da China em 2049.

Esses dois ambiciosos objetivos, seriam alcançados através das mudanças que Xi vem fazendo na China. Xi Jinping traz consigo algumas iniciativas já tomadas que serão descritas a seguir e que demonstram dois pontos importantes: Xi está visando ao desenvolvimento tecnológico do país com avanços e prioridades claras em setores que envolvam alta tecnologia, e o presidente busca reforçar alianças que permitam o escoamento de seus produtos para importantes centros comerciais e que possam auxiliar na consolidação da China como maior potência mundial.

4.4.1 Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

A primeira iniciativa dentre as que serão discutidas é a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB na sigla original em inglês). O banco surge como uma instituição financeira multilateral que auxiliará no apoio ao desenvolvimento econômico e social na Ásia. O AIIB surge com o apoio de 57 países como membros fundadores da iniciativa. O Banco auxiliaria seus membros a modernizar rodovias e portos, elevar o acesso à eletricidade e aumentar os serviços de telecomunicações. Além disso, o Banco estaria totalmente engajado com a

¹⁹ "[...] Is deeply rooted in China's national experience and collective memory. Rejuvenation represents the shared desire of Chinese who want their country to be strong, prosperous, and free of foreign invasions [...]. National rejuvenation is a concept essential for the construction of China's national identity, having embedded itself in China's education, popular culture, and social narratives."

sustentabilidade, através do controle de riscos sociais e ambientais e os impactos para o desenvolvimento de projetos de sucesso (LIQUN, 2016).

4.4.2 Belt Road Initiative

Antes de descrever a iniciativa de nova interação dos países através da Road Belt Initiative, é importante mencionar o contexto e a primeira criação dessa iniciativa. A Rota da Seda original (Silk Road em inglês) foi criada há mais de 2 milênios atrás durante a Dinastia Han com o intuito de promover as trocas entre a China e a Europa. Com um trecho que se estendia a mais de sete mil quilômetros entre Ásia, Europa e África, a rota se mostrou um grande acelerador e facilitador para o intercâmbio de bens e cultural (LI et al., 2015).

Em 2013 a iniciativa denominada de *Silk Road economic belt* foi trazida por Xi Jinping. A ideia inicial era a de que os países próximos à China na Ásia Central poderiam se beneficiar através de uma maior infraestrutura, parte dessa sendo financiada bilateralmente. Porém, devido ao tamanho de tais economias e a dificuldade dessas financiar os investimentos necessários, a china surge com a ideia de uma rota marítima, com a expansão da infraestrutura através de rotas que viriam da costa chinesa, passando pelo sudoeste asiático e indo até a Europa (DOLLAR, 2013).

De fato, a ideia ajudaria tanto em um maior desenvolvimento da economia dos países da Ásia Central quanto ao desenvolvimento tão esperado por Xi Jinping da China, mas o desafio se torna, conforme Li et al. (2015) "[...] garantir que a Nova Rota da seda seja construída de uma maneira sustentável que dê uma atenção adequada ao ambiente e o dano colateral que pode ser causado."²⁰ Esse desafio vem muito de encontro ao que foi visto no capítulo 2, em que a China busca que seu desenvolvimento seja o mais sustentável possível.

Por fim, através dessa iniciativa é possível verificar a combinação de elementos de *hard power*, como investimentos econômicos, aliados a uma estratégia de *soft power*, que é a promoção da cultura e da imagem da China. (BRÎNZA, 2018).

²⁰ "[...] to ensure that the New Silk Road is built in a sustainable way that gives adequate attention to the environment and the collateral damage that could be caused."

4.4.3 Made in China 2025

Outro plano elaborado na era Xi Jinping - e polêmico para os que alegam que a China não cumpre as regras da OMC - é o *Made in China 2025*. O *Made in China* é um plano de 10 anos realizado pelo governo que envolve atingir 10 indústrias estratégicas, sendo elas a (1) tecnologia da informação avançada, (2) máquinas-ferramentas automatizadas e robóticas, (3) aviação e equipamento espaço aéreo, (4) equipamento de engenharia marítima e navios de alta tecnologia, (5) equipamento de transporte ferroviário avançado, (6) veículos de novas energias, (7) equipamento elétrico, (8) maquinaria agrícola, (9) novos materiais e biofarmacêuticos e dispositivos médicos avançado.

A China busca implementar e fortalecer sua indústria de alta tecnologia nessa nova trajetória de seu desenvolvimento. A lógica por trás é a de "alcançar a suficiência própria através da substituição tecnológica enquanto se tornando a superpotência manufatureira que domina o mercado global nas indústrias de alta tecnologia"²¹ (SEGAL, 2018, tradução nossa), o que seria claramente um posicionamento oposto ao pregado na OMC e por isso esse plano vem sendo polemizado e muito discutido entre autoridades governamentais e jornais acadêmicos.

Além da estipulação de cotas para a suficiência própria violar as regras da OMC, o governo chinês faz cada vez mais uso de inúmeras ferramentas políticas que trazem preocupações. Essas ferramentas além de desconhecidas para os membros da OMC, utilizam a intervenção estatal e são desenhadas para promover o crescimento das empresas chinesas através da restrição, discriminação ou pela criação de desvantagens a empresas estrangeiras e suas tecnologias, produtos e serviços (USTR, 2017).

Xin (2018) traz um contraponto do governo chinês para essas alegações. A China, representada pelo vice ministro de comércio Wang Shouwen, argumenta que o plano não vai contra os preceitos acordados para o acesso à Organização Mundial de Comércio. Além disso, conforme palavras do vice-ministro, "a estratégia é

²¹ "Made in China 2025 calls for achieving "self-sufficiency through technology substitution while becoming a "manufacturing superpower" that dominates the global market in critical high-tech industries."

transparente, aberta, e não discriminatória. Não só empresas chinesas, mas também empresas estrangeiras podem participar".

Todas essas iniciativas reforçam a busca pela consolidação da China como grande potência mundial, aliado à comoção da população por parte de Xi de que este é o sonho comum dos cidadãos chineses. As iniciativas que, de acordo com o *USTR Report*, são ameaças à ordem internacional, reforçam essa busca por um desenvolvimento sustentável de toda a cadeia de valor chinesa e são recorrentemente expressas pelo líder do Partido como necessárias para a criação de uma grande Nação.

4.5 OS PRÓXIMOS PASSOS DA POTÊNCIA ASIÁTICA

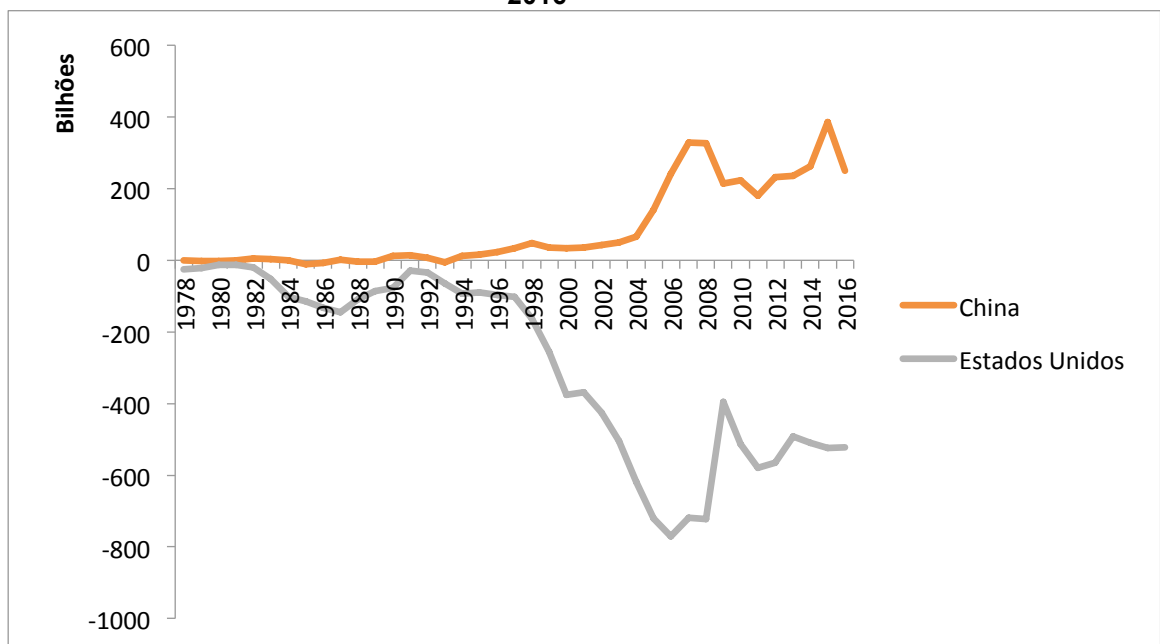
É importante reforçar que a internacionalização do país e sua busca pelo crescimento, embora reforçadas por Xi Jinping, não começaram com ele. Quando Xi ascende como presidente do país, a China já se encontrava em um período de impressionante crescimento. Seu antecessor, Hu Jintao, tinha como grande motor o foco por manter e assegurar a estabilidade, aliada a uma alta taxa de crescimento (MEN; TSANG, 2016). Men e Tsang (2016) também descrevem Hu como alguém que teria por instinto uma aversão ao risco, embora o Partido se comprometesse oficialmente a aprofundar as reformas chinesas. Já Xi, como trazido por Men e Tsang (2016), através de sua busca de tornar o sonho chinês realidade, embarcou em um processo de mover a China para frente e mudá-la em uma escala tão grande quanto a realizada na era Deng Xiaoping.

Quanto à internacionalização chinesa, o estabelecimento da China como uma grande potência já é aceita mundialmente e mesmo que essa discussão tenha tido início na última metade do mandato de Hu, se tornou algo mais concreto e evidente com seu sucessor. A China reforça sua identidade nacional e participa cada vez mais ativamente no âmbito internacional. A era Xi Jinping envolve a busca por uma reforma mais profunda, com mudanças claras e que consigam transformar e elevar o país a uma nova fase, com o devido rejuvenescimento nacional mencionado ao longo do capítulo (MEN; TSANG, 2016).

Esse enaltecimento do poder chinês na era Xi Jinping agita ainda mais as alegações citadas no capítulo anterior - de que a China estaria se beneficiando da sua posição dentro da OMC para se desenvolver economicamente enquanto não se abria do modo esperado aos demais membros do organismo. No ano de 2018 essa discussão tomou grandes proporções: a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos.

Com alegações de que os Estados Unidos lidam com práticas injustas dos seus parceiros, o governo norte americano em março de 2018 anunciou seus planos de impor tarifas comerciais à China (JUN, 2018). Dentre as principais razões para essas imposições, o Governo estadunidense cita o descumprimento da China com as regras da OMC tal como trazido no USTR (2017), o déficit comercial estadunidense que cresce ao longo dos anos em comparativo à tendência de superávit da potência asiática, tal como demonstrado no gráfico 6, e o fator da obrigação de transferência tecnológica que foi comentada no segundo capítulo da monografia. O Gráfico 6 mostra esse distanciamento que cresce ao longo dos anos entre as balanças comerciais das potências e é uma das alegações do governo dos Estados Unidos, que tem como principal nome envolvido nessa Guerra Comercial o atual presidente Donald Trump.

Gráfico 6 - Balança Comercial da China e dos Estados Unidos a preços correntes: 1978 - 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base em World Bank (2018).

As ameaças tarifárias contrapõem posições: a China, que vê "suas políticas sobre tecnologia como uma reação necessária ao aumento dos custos trabalhistas locais e como proteção contra as restrições dos EUA à exportação" (EUA, 2018), e os Estados Unidos, que alega que "a transferência de tecnologia forçada e limitações ao investimento estrangeiro em algumas áreas nos Estados Unidos criaram um déficit orçamentário de mais de 50 bilhões de dólares" (EUA, 2018).

Essa imposição é uma discussão em andamento no âmbito internacional e que serve para reforçar que é difícil se posicionar frente a tais alegações. A China diverge dessas no que se refere aos seus posicionamentos políticos e contexto histórico e tentar orientá-la sob uma visão ocidental não é o desejado.

O caminho que será percorrido pela China, ainda mais com as discussões correntes existentes, ainda é incerto. O que se sabe é que a China na era Xi Jinping busca o aprofundamento da reforma, o que envolve tanto a estabilidade do Partido no poder, como a efetivação do sonho chinês através de políticas visando o crescimento doméstico. O Partido buscará nos próximos anos aplicar uma estratégia global para obter melhorias tanto políticas quanto sociais. Men e Tsang (2016) trazem que a China de Xi terá um papel cada vez mais proativo nos assuntos internacionais, mas com um foco contínuo em sua vizinhança. A China de Xi buscará de maneira efetiva concretizar sua posição no sistema internacional. Contudo, o atraso na sua internacionalização e na construção das capacidades necessárias para que a China se torne uma potência mundial representam um desafio devido à sua natureza, de um país com suas próprias características e peculiaridades.

5 CONCLUSÃO

O trabalho buscou identificar as mudanças do comportamento chinês na era Xi Jinping, além de contextualizar o leitor a respeito da internacionalização chinesa. A hipótese sustentada pela monografia é a de que houve um enaltecimento de políticas e ideais nacionalistas e uma busca crescente pelo desenvolvimento da indústria doméstica. O que pode ser constatado, com base na bibliografia analisada é que a era Xi Jinping é de fato marcada pela criação de iniciativas que fortalecem a indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico do país, buscando assim o estabelecimento de uma China mais potente e rejuvenescida nacionalmente.

As evidências reunidas nesse trabalho e que são objeto de extensa análise pela literatura especializada nos autorizam sugerir que, ao longo das últimas quatro décadas, em meio a um processo de intensa internacionalização, a China logrou consolidar sua posição como potência global: altos indicadores macroeconômicos, uma crescente participação nos fluxos internacionais de comércio e finanças e uma inegável influência em tomadas de decisões em qualquer lugar do mundo. Contudo, os trabalhos aqui revisados revelam que tal processo não foi percebido de forma uniforme pelos distintos analistas.

No que se refere especificamente ao processo de entrada na Organização Mundial do Comércio, por exemplo, verificou-se que uma gama de ajustes foi solicitada ao país e o único meio de acesso ao órgão seria através dessas alterações que envolviam, dentre outras demandas, mudanças em tarifas e em regulações locais. Tais ajustes afetaram diferentes tipos de atividades econômicas, com amplo alcance sobre a organização de virtualmente todos os setores produtivos e sistemas de comercialização do país. Nesse contexto, e a despeito de críticas externas, os sucessivos governos chineses sustentam a posição de que a China cumpriu e segue cumprindo seus deveres como membro da organização. Ao longo do trabalho foi reportado tanto a visão da China quanto a de membros influentes da OMC, particularmente os Estados Unidos. Órgãos do governo estadunidense alegam haver inconsistências na internacionalização chinesa, especialmente no que se refere à efetividade das medidas estruturais de liberalização de sua economia, assumidos perante à OMC. Nossa análise, permitiu concluir que os conflitos em potencial derivados da presença mais intensa da China no comércio internacional,

especialmente depois de sua entrada na OMC, em muito antecede a assim-chamada “Guerra Comercial”, que ganhou visibilidade em 2018.

Ao analisar a era Xi Jinping, em nenhum momento ao longo de seus dois mandatos houve uma oposição ao comércio internacional, tendo sido algo recorrentemente apontado como benéfico em seus discursos e iniciativas. O que é enaltecido e, de certo modo já esperado do líder do Partido Comunista Chinês, é que a busca da liberalização comercial e da interação chinesa com seus parceiros comerciais esteja aliada aos interesses nacionais chineses. Do ponto de vista da literatura crítica aos processos de liberalização comercial, como nos trabalhos de Chang e Rodrik, tal posição chinesa não é inconsistente com a própria postura histórica e contemporânea das economias de alta renda.

Iniciativas como o *Belt Road Initiative* e o *Made in China* criadas na era Xi refletem essa dominância buscada pela China em afirmar sua indústria tecnológica e de certo modo se tornar independente, que nada mais é o que as potências fizeram em seu período de industrialização. Por ter tido uma internacionalização tardia se comparada aos demais países, a China só irá conquistar essas variáveis e se tornar uma grande potência - como sua projeção para 2050 - através da propagação de sua influência aos demais países, encontro de mercados receptivos para promover o comércio internacional e o desenvolvimento interno, tanto industrial como socialmente, com políticas que permitam a melhoria de vida dos cidadãos que buscam o tão esperado sonho chinês.

Todos os líderes chineses que passaram desde o estabelecimento do Partido tinham características em comum e Xi não é diferente: o enaltecimento do Partido e a busca pelo desenvolvimento de sua nação são pontos que naturalmente convergem entre a elite do Partido Comunista. Revigorado pela conjuntura econômica de um país mais forte e consolidado, Xi Jinping difere dos demais tanto em suas iniciativas concretas mencionadas acima que claramente enaltecem sua ambição para a China, bem como a criação de um sentimento comum. No que tange suas iniciativas, a busca por transformar a indústria tecnológica chinesa e alavancá-la ao patamar das demais potências é notória e traz projeções de uma China pronta para se estabelecer como grande potência mundial. O segundo, e mais difícil de descrever, é a criação do sentimento comum.

O sentimento comum trazido na era Xi Jinping envolve a aproximação do líder máximo com a população através do estabelecimento de um sonho chinês, para o país através do rejuvenescimento nacional, mas também o sonho de cada cidadão, sendo o Partido um intermediador para a realização desse e sendo essa uma ideia enraizada na história da China e do Partido. Esse se tornou um dos grandes legados de Xi e o fez ser equiparado a nomes como Deng e Mao.

É importante se ter muita atenção ao buscar compreender o período da internacionalização chinesa. Com um governo e um contexto histórico divergente das demais potências, se torna difícil olhar para a potência asiática através de uma visão ocidental. O que pode ser visto é que desafios como a possibilidade de uma Guerra Comercial reforçam essas divergências políticas, históricas e sociais entre membros da Organização Mundial de Comércio e ainda precisarão ser análise de estudos futuros tendo em vista sua importância e complexidade.

A China através de sua internacionalização já conquistou um grande espaço no comércio internacional e Xi, através da adoção de um caminho de acordo com as características do país e do Partido ainda terá grandes avanços e desafios para o desenvolvimento da nação.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham. What Xi Jinping wants? **The Atlantic**, Boston, May 2017. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/05/what-china-wants/528561/>>. Acesso em 10 abr. 2018.
- BEECH, Hanna. China's Chairman Builds a Cult of Personality. **Time**, New York, Mar. 2016. Disponível em: <<http://time.com/magazine/south-pacific/4278204/april-11th-2016-vol-187-no-13-asia-europe-middle-east-and-africa-south-pacific/>>. Acesso em: 13 maio 2018.
- BROWN, Kerry. **CEO, China: The Rise of Xi Jinping**. London: I. B. Tauris & Company, 2016. 262 p.
- BRØDSGAARD, Kjeld Erik; RUTTEN, Koen. The Era of Xi Jinping (2012–2016). In: BRØDSGAARD, Kjeld Erik; RUTTEN, Koen. **From accelerated accumulation to Socialist Market Economy in China: Economic Discourse and Development from 1953 to the Present**. Boston: Brill, 2017. p. 154-164. Disponível em: <<http://about.jstor.org/terms>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CAMPBELL, Charlie. Five ways China has become more repressive under president Xi Jinping. **Time**, New York, 2016. Disponível em: <<http://time.com/4519160/china-xi-jinping-cecc-human-rights-rule-of-law/>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- CASS, Deborah Z.; WILLIAMS, Brett G.; BARKER, George. **China and the World Trading System**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CHANG, Ha-joon. **Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism**. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2007. 276 p.
- CHANG, Ha-joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHANG, Tony. **China during the Cultural Revolution, 1966 - 1976**. London: Greenwood Press, 1999.
- DOLLAR, David. The AIIB and the 'One Belt, One Road'. **Brookings**, Washington, 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/the-aiib-and-the-one-belt-one-road/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- DUNN, Robert M.; MUTTI, John H.. **International Economics**. 6. ed. London: Routledge, 2004. 539 p.
- EINCHENGREEN, Barry et al. **China, Asia, and the new world economy**. New York: Oxford University Press, 2008.

EUA. EUA, China e Brasil: a guerra comercial avançará?. **Exame**. São Paulo, 3 maio 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/eua-china-e-brasil-a-guerra-comercial-avancara/>>. Acesso em 09 jun. 2018.

EZELL, Stephen. China's Broken Promises. **The International Economy**, Washington, Oct. 2015. Disponível em: <<http://www.international-economy.com/Fall2015archive.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

EZELL, Stephen J.; ATKINSON, Robert D.. **False promises**: the yawning gap between China's WTO commitments and practices. Washington: ITIF, Sept. 2015. Disponível em: < <http://www2.itif.org/2015-false-promises-china.pdf>> Acesso em: 23 mar. de 2017.

FERDINAND, Peter. Westward ho—the China dream and 'one belt, one road': Chinese foreign policy under Xi Jinping. **International Affairs**, Oxford, p. 941-957. Apr. 2016.

GARNAUT, Ross. Twenty years of economic reform and structural change in the Chinese economy. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang. **Twenty years of economic reform**. Canberra: Anu Press, 2012. p. 2-26.

GATT. **Acordo Geral de Tarifas e Comércio**. Geneva, 1948. Disponível em: < www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1197486062.doc>. Acesso em 11 Sep. 2017.

GRACIE, Carrie. Xi Jinping: de trabalho forçado no campo a vida em caverna a comando da superpotência chinesa. **BBC**, London, Oct. 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41686096>>. Acesso em: 13 maio 2018

HUANG, Yiping. Twenty years of economic reform and structural change in the Chinese economy. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang. **Twenty years of Economic Reform**. Canberra: Anu Press, 2012. p. 95-116.

JIANFENG, Zhang. Xi expounds on guideline for 13th Five-year Plan. **Xinhua**, Beijing, Mar. 2015. Disponível em: <<http://english.cntv.cn/2015/11/03/ARTI1446559744633822.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

JUN, Chang. Jogadas Comerciais espertas da China. **Valor Econômico**, São Paulo, Maio 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5555967/jogadas-comerciais-espertas-da-china>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

KISSINGER, Henry Alfred. **On China**. Westminster: Penguin Press, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **International Economics: Theory and Policy**. 8. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2009. 715 p.

LAM, Willy Wo-lap. **Chinese Politics in the Era of Xi Jinping**: Renaissance, Reform, or Retrogression? Abingdon: Routledge, 2015. 348 p.

LEE, Hong Yung. Mao's Strategy for Revolutionary Change: A Case Study of the Cultural Revolution. **The China Quarterly**, Cambridge, p. 50-73, Mar. 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/653089>>. Acesso em: 05 maio 2018.

LI, Peiyue et al. Building a new and sustainable “Silk Road economic belt”. **Environmental Earth Sciences**, [S.l.], v. 74, n. 10, p.7267-7270, 4 Sep. 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/283905007>>. Acesso em: 20 maio 2018.

LIQUN, Jin Jin. How will the new Asian Infrastructure Investment Bank boost development?. **World Economic Forum**, Cologny, Jan. 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/01/how-will-the-new-asian-infrastructure-investment-bank-boost-development>>. Acesso em 10 maio 2018.

MACFARQUHAR, Roderick. **The politics of China: The eras of Mao and Deng**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 608 p.

MADDISON, Angus. **Chinese economic performance in the long run**. Paris: Oecd, 2007. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Maddison07.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

MEN, Honghua; TSANG, Steve. Genesis of a Pivotal Decade. In: MEN, Honghua; TSANG, Steve. **China in the Xi Jinping Era**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. p. 1-17.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **Chinese Statistical Yearbook de 2016**. Beijing, 2016. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm>>. Acesso em: 15 maio 2017.

OFTEDAL, Siv H. **China's collective leadership at a crossroads?** Oslo: Ifs, 2017. Disponível em: <https://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/handle/11250/2451488/IFS_Insights_1_2017_Oftedal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PRIME, Penelope B.. China joins the WTO: How, Why and What Now? **Business Economics**, Kennesaw, v. 47, n. 2, p.26-32, Apr. 2002.

QIAN, Yingyi; WU, Jinglian. China's Transition to a Market Economy: How Far Across the River? In: HOPE, Nicholas; YANG, Dennis; LI, Mu. **How Far Across the River?** Chinese Policy Reform at the Millennium. Palo Alto: Stanford University Press, 2003. p. 31-65.

QIN, Wu. **China and GATT: Accession instead of Resumption**. Detroit: Wayne State University, 1993. Disponível em: <<http://digitalcommons.wayne.edu/lawfrp/119>>. Acesso em: 10 maio 2018.

RAMZY, Austin. China's Cultural Revolution, Explained. **The New York Times**, New York, May 2016. Disponível em: <<https://nyti.ms/24S0Gba>>. Acesso em: 08 maio 2018.

ROACH, Stephen S.. China's Contradictions. **Project Syndicate**, Prague, 23 out. 2017. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/xi-jinping-political-report-19th-congress-by-stephen-s--roach-2017-10>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

RODRIK, Dani. What Do Trade Agreements Really Do? **Journal Of Economic Perspectives**, Cambridge, v. 32, n. 2, p.73-90, Feb. 2018. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w24344>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SEGAL, Adam. Why does everyone hate made in China 2025? **CFR**, New York, 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/blog/why-does-everyone-hate-made-china-2025>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SCHOTTER, Andreas; TEAGARDEN, Mary. Protecting Intellectual Property in China. **MIT Sloan Management Review**, Cambridge, v. 55, n. 4, June 2014. Disponível em: <<https://sloanreview.mit.edu/article/protecting-intellectual-property-in-china/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SERRA, Almeida A. M. **China**: as reformas económicas da era pós-Mao. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), 2000. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/chinarevmac.pdf>>. Acessado em: 14 nov. 2017.

SPENCE, Michael. Empowering China's New Miracle Workers. **Project Syndicate**, Prague, 24 Oct. 2017. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-19th-national-party-congress-new-generation-by-michael-spence-2017-10>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SPIJKERS, Jos. The colours of the cat and the GATT: China's Economic Reforms and its application for GATT membership. **China information**: A journal on contemporary China studies, Thousand Oaks, p. 28-35. Mar. 1989. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/toc/cina/3/4>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SURANOVIC, Steve. **International Trade**: Theory and Policy. Washington: Saylor Foundation, 2010.

TISDELL, Cllem. Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years. **Economic Analysis & Policy**, Brisbane, v. 39, n. 2, p.271-294, Sept. 2009. Disponível em: <<http://esaqld.org.au/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNITED NATIONS - UN. **UNCTAD Database**. Geneva, 2015. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/statistics.aspx>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

UNITED NATIONS - UN. **Resolução 2578**: Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations. Geneva, 1971. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/26/ares26.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **UNDP Database**. New York, 2018. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em 20 jun. 2018

UNDP DATABASE

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE - USTR (Org.). **Trade Policy Review 2017 Report to Congress On China's WTO Compliance**. Washington, 2017.

Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp442_e.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.

WALDER, Andrew G.. **China under Mao**. London: Harvard University Press, 2015. 440 p.

WANG, Zheng. The Chinese Dream: Concept and Context. **Journal Of Chinese Political Science**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.1-13, 13 dez. 2013. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11366-013-9272-0>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

WORLD BANK. **Economic growth in the 1990s: learning from a decade of Reform**. Washington, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/7370>>. Acesso em: 10 maio 2018.

WORLD BANK. **World Bank Database**. Washington, 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

WORLD BANK. **World Development Report 1991**. Washington: Oxford University Press, 1991. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5974/WDR_1991_English.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 maio 2018.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO. (Org.). **Report of the working party on the accession of China**. Geneva, 2001. Disponível em: <<https://docsonline.wto.org/dol2fe/Pages/SS/DirectDoc.aspx?filename...doc&>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO. **About WTO**. Geneva, 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/thewto_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO (Org.). **Trade Policy Review: China**. Geneva, 2006. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp442_e.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO (Org.). **Trade Policy Review: China**. Geneva, 2010. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp442_e.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO (Org.). **Trade Policy Review: China**. Geneva, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp442_e.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO (Org.). **Trade Policy Review:** China. Geneva, 2014. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp442_e.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO (Org.). **Trade Policy Review:** China. Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/o.org/english/tratop_e/tpr_e/tp442_e.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

XIN, Zhou. China says "Made in China 2025" in line with WTO rules. **Xinhua**, Beijing, Apr. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-04/04/c_137088566.htm>. Acesso em: 13 apr. 2018.